

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FATIMA APARECIDA MENDES DOS SANTOS

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PARDO E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS:
UM DEBATE A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA CADERNOS DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ERECHIM, RS
2022

FATIMA APARECIDA MENDES DOS SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PARDO E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS:
UM DEBATE A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA CADERNOS DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção do título de
licenciada em Ciências Sociais da Universidade Federal
da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira

**ERECHIM, RS
2022**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Santos, Fatima Aparecida Mendes dos
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PARDO E O ENSINO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS:: UM DEBATE A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES
DA REVISTA CADERNOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS / Fatima Aparecida Mendes dos
Santos. -- 2022.
60 f.

Orientador: Dr. Thiago Ingrassia Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais, Erechim,RS, 2022.

1. Relações Étnico-raciais. 2. Ensino de Ciências
Sociais. 3. Construção Identitária. I. Pereira, Thiago
Ingrassia, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

FATIMA APARECIDA MENDES DOS SANTOS

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PARDO E O ENSINO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS: UM DEBATE A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA
CADERNOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS**

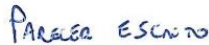
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no dia 30/08/2022.


BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira
Orientador



Prof. Dr. Daniel Francisco De Bem
Avaliador



Prof. Dr. Maurício Michel Rebello
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, Antonio Ivan, e a minha filhota, Nara, que, de maneirainsistente, nunca desistiram de acreditar na minha capacidade intelectual, em momentos que nem mesmo eu acreditava ser capaz de uma conquista como o ingresso, permanência e finalização de um Curso em uma Universidade Pública. Agradeço pelas horas suportadas de mau-humor da minha parte, quando o sono do cansaço, após a labuta noturna no chão de fábrica, batia mais forte que a vontade de seguir em frente, quando o choro e a vontade de desistir que partiam de mim eram vistos apenas como brincadeira e não era levado a sério, apesar de minha seriedade.

Agradeço aos meus professores, em especial, meu orientador, prof. Dr. Thiago Ingrassia, por acreditar no tema que sugeri, mesmo quando muitos zombaram por não achar relevante à narrativa e a temática, por me acolher quando da troca de orientador e pela parceria duradoura dentro e fora da academia. Agradeço aos colegas de curso que estiveram junto a mim nos momentos alegres e difíceis dessa caminhada.

Por fim, agradeço a minha família, que, de maneira torta, sempre me fez seguir em frente, como forma de contrapor a ideia de que eu já estava velha demais para o estudo, assim como a toda a classe trabalhadora que, de forma direta, através da luta organizada e reivindicatória por muitos anos, lutou pela concretização desse espaço formativo, e, de forma indireta, sendo financiadora das políticas públicas das quais esta Universidade é fruto.

Muito obrigada e grato por fazer parte dessa história de luta e resistência da educação pública, gratuita e de qualidade.

Na minha opinião, o amor de Cristo pelos homens é uma espécie de milagre impossível na terra. É verdade que ele era Deus: mas nós não somos deuses. Suponhamos, por exemplo, que eu sofro profundamente; ou não poderá jamais conhecer a que ponto sofro, porque é outro e não eu. Além do mais, é raro que um indivíduo consinta em reconhecer o sofrimento de seu próximo (como se fosse uma dignidade!). [...]. Em teoria, ainda, pode-se amar seu próximo, e até mesmo de longe; de perto, é quase impossível.

Fiódor M. Dostoiévski.

RESUMO

O trabalho presente tem por objetivo refletir, problematizar e dialogar sobre a presença ou ausência dos debates ligados à formação identitária da população parda com o ensino de Ciências Sociais, por meio das contribuições da revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. Para arguição do nosso objeto de pesquisa, partimos *a priori* de um resgate histórico-sociológico para que possamos compreender as contradições, as tensões e nuances com as quais nos deparamos no presente e que interferem diretamente na temática. Este trabalho encontra-se articulado em quatro momentos importantes, sendo eles: primeiro, o resgate histórico do conceito de raça, assim como sua desmistificação. O segundo momento refere-se à formação da sociedade brasileira, partindo dos pressupostos de que a nação brasileira é composta, sobretudo, por três grandes grupos, as populações autóctones, as populações oriundas do continente africano e as populações europeias. O terceiro momento diz respeito à escolha da metodologia, a qual é uma revisão bibliográfica, baseada na abordagem qualitativa, que articula estratégia de pesquisa que leva em conta o referencial teórico e a análise realizada na revista de divulgação científica Cadernos da ABECS. Por fim, o nosso quarto momento é a apresentação dos principais resultados encontrados, em que podemos dizer que a revista possui um grande potencial para contribuir no debate sobre a formação da identidade parda, uma vez que ela tem se pautado nas reflexões do ensino de Ciências Sociais a partir da materialidade da sala de aula, ou seja, discussões reais que contribuem com a formação de uma consciência crítica e participativa, formação de identidades, desigualdades etc., interligadas com discussões teóricas. Entretanto, a temática da identidade racial do pardo é um tema que ainda se apresenta de forma embrionária, efêmera e ausente no que diz respeito à participação do Ensino das Ciências Sociais para o aprofundamento teórico que fundamenta esta pesquisa. Diante do constatado, concluímos que as discussões raciais no objeto eleito e analisado, principalmente, no que se refere à construção de uma identidade parda ou à construção de uma consciência racial é uma temática ausente, apesar de sua eminência na área do Ensino das Ciências Sociais. Levando em consideração a relevância desse espaço para produção intelectual e divulgação de trabalhos docentes e de discentes, com esta pesquisa, sustentamos algumas contribuições conceituais e teóricas para romper com as entranhas divergentes da compreensão da identidade negra e o papel das populações autoidentificadas pardas para a consolidação dessa identidade negra na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Docência. Relações Étnico-raciais. Emancipação.

ABSTRACT

The present work aims to reflect, problematize and dialogue about the presence or absence of debates related to the identity formation of the brown population with the teaching of Social Sciences, through the contributions of the journal *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*. To discuss our object of research, we started a priori from a historical-sociological rescue in order to understand the contradictions, tensions, and nuances with which we are faced in the present and which directly interfere in the theme. This work is articulated in four important moments: first, the historical rescue of the concept of race, as well as its demystification. The second moment refers to the formation of the Brazilian society, based on the assumptions that the Brazilian nation is composed of three major groups: the indigenous populations, the populations from the African continent, and the European populations. The third moment concerns the choice of methodology, which is a bibliographic review, based on the qualitative approach, which articulates a research strategy that takes into account the theoretical referential and the analysis carried out in the scientific journal *Cadernos da ABECS*. Finally, our fourth moment is the presentation of the main results found, in which we can say that the journal has a great potential to contribute to the debate about the formation of brown identity, since it has been based on the reflections of the teaching of Social Sciences from the materiality of the classroom, i.e., real discussions that contribute to the formation of a critical and participatory consciousness, formation of identities, inequalities, etc., interconnected with theoretical discussions. However, the theme of racial identity of brown people is a theme that is still embryonic, ephemeral, and absent when it comes to the participation of Social Science Teaching for the theoretical deepening that underlies this research. In view of the findings, we conclude that the racial discussions in the object elected and analyzed, especially regarding the construction of a brown identity or the construction of a racial consciousness is an absent theme, despite its eminence in the area of Social Science Teaching. Taking into consideration the relevance of this space for intellectual production and dissemination of work by teachers and students, with this research we support some conceptual and theoretical contributions to break through the divergent guts of the understanding of black identity and the role of self-identified brown populations for the consolidation of this black identity in Brazilian society.

Keywords: Teaching. Ethnic-Racial Relations. Emancipation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MESTIÇO É GENTE?.....	15
2.1 ASPECTOS RACIAIS NO BRASIL.....	19
3 COMO SE DEFINE UMA IDENTIDADE?	30
3.1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
4 MAS AFINAL PARDO E NEGRO SÃO A MESMA COISA?	38
5 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA REVISTA CADERNOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.	42
5.1 CONTRIBUIÇÕES DOS CABECS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PARDA	48
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

No presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: “A representação social do pardo e o ensino de ciências sociais: Um debate a partir das publicações da revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais”, é uma aposta em que nos debruçamos para analisar a importância da Sociologia, enquanto disciplina obrigatória no Ensino Médio e sua contribuição para aquilo que se compreende como consciência racial. O debate sobre a formação de uma identidade parda no Brasil ou aquilo que autores, como Munanga (2020), categorizam como consciência racial negra por essa parcela da sociedade.

A necessidade de nos desafiarmos a discorrer sobre a temática racial surge a partir de debates que circundam as discussões de pardos e sua autoidentificação com a categoria negra, a qual é fruto de discussões políticas dos Movimentos de Reivindicação Racial nos anos 1960, 1970, 1980.

A grande problemática que circunda esse debate apresenta-nos o seguinte questionamento: porque os pardos que não se identificam como negros são acusados de não terem consciência racial? Quem pode dizer que uma pessoa parda que se autodeclare tal qual, ao invés de assumir uma identidade negra é ou não consciente? E qual o papel das Ciências Sociais diante desse debate para o avanço ou não dessa categoria, da qual compreendemos por "consciência racial" quando esse grupo se autodeclara negro?

Acreditamos que seja necessária uma breve retomada sobre a concepção histórica da utilização dos termos mestiço, pardo, preto e negro em nossa formação social enquanto país miscigenado. Dessa maneira, o primeiro capítulo é destinado à busca e recapitulação de algumas categorias e suas significações, seus desdobramentos e, principalmente, indagar-nos sobre a construção conceitual de termos raciais em uso nos dias de hoje.

As análises sobre miscigenação tiveram um peso relativamente importante nas discussões raciais dentro das Ciências Humanas desde a criação da disciplina de Sociologia nas escolas brasileiras com nomes renomados como Gilberto Freyre em sua descrição sobre as relações sociais no âmago da sociedade brasileira que se fundia, em seu célebre *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 1946, p. 208), lembrando-nos que, antes de tudo, a miscigenação foi um produto das necessidades humanas e, posteriormente, necessário para o desenvolvimento econômico deste país.

Podendo ser considerada, assim, a raça é motivadora da própria formulação das Ciências Sociais, uma vez que o Brasil, desde sua origem, teve uma grande diversidade de povos, culturas de diferentes partes da América Latina e do mundo de forma ainda mais fiel a nossa realidade.

Embora nos pareça incômodo a apresentação do primeiro capítulo com o questionamento sobre a humanidade de mestiços, alertamos que a escolha deste título tende mais para um caráter de identificação com o debate histórico do que, de fato, em relação aos dias atuais. Embora fique aqui o convite para a reflexão sobre a atualidade e as meras semelhanças pelas quais podemos olhar em nossos cotidianos reais, ou nas *timelines* mais acessadas quando o assunto é situações de racismo ocorridas diariamente no Brasil e no mundo.

Nosso objeto de pesquisa concretiza-se na busca de uma formação ou a ausência de uma identidade desse sujeito que transita entre o mundo preto e o mundo branco, desse sujeito que, segundo a autora Sena (2018): “Ele está neste não lugar, não tem raça nem cidadania, é o trabalho incompleto, o embranquecimento mal feito, o processo de transição que não foi realizada, deve continuar até ser bem sucedido”. Ou ainda conforme Gomes (2019, p.76): “sujeito miscigenado em relação à sua identidade: o limbo, o não lugar”.

Dessa forma, discutir a ideia de ser pardo exige-nos uma compreensão que *a priori* é histórica, uma vez que está intrinsecamente ligado ao processo de desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, que vai instigar a “descoberta” de novos mundos, a exploração de novas terras e a dizimação de povos e culturas outras que não se adequassem ao modelo de produção, vida, pensamento muito presentes no período de alastramento dos territórios europeus.

É dessa maneira que iniciaremos nosso trabalho, discutindo aspectos históricos da construção, formação do nosso Estado-Nação, que, em grande medida, foi e assim continua a ser fortemente influenciada por nações que estiveram e perpetuam-se no topo das discussões tanto políticas quanto econômicas mundiais. Desse modo, Balibar, Wallerstein (2021) ajudam-nos a compreender sobre a formulação de uma ideia de nação e raça estarem interligadas durante o processo de colonização das Américas e o quanto a ideologia foi e é importante para a incorporação de valores, seja para uma formação de identidade ou para a anulação desta.

Assim sendo, o nosso objetivo geral com este trabalho está em analisar o debate das relações étnico-raciais a partir das publicações da revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais de 2017 a 2022. Acreditamos que o desafio que esta produção apresenta-nos é compreender o processo de formação de identidade racial e qual a importância

das produções sociológicas para o avanço desses debates, bem como a tomada de consciência por parte da população parda no Brasil.

Nosso problema de pesquisa gira em torno da seguinte questão: Qual a contribuição do Ensino de Ciências Sociais no debate sobre as relações étnico-raciais e deste para a construção de uma identidade racial parda?

Para delimitar o caminho desse debate, tecemos três objetivos específicos: primeiro, retomar conceitos históricos sobre a temática racial e a sua relação intrínseca com as Ciências Sociais. Segundo, pesquisar e analisar os cadernos da revista CABECS tendo em vista as contribuições sobre a temática. Terceiro, avaliar avanços e limites encontrados, tecer a importância deste trabalho para o avanço desses debates na área das Ciências Sociais.

Dessa forma, a escolha metodológica pela qual se optou para a realização deste trabalho possui caráter de uma pesquisa bibliográfica. A escolha metodológica aqui cumpre um papel significativo, uma vez que, ao optarmos pela realização de uma revisão bibliográfica, numa abordagem qualitativa, conforme podemos observar faz ganharmos em amplitude de análise em periódicos, livros, artigos entre outras.

A definição do tipo de metodologia que adotamos para o desenvolvimento deste trabalho ocorreu por duas razões principais. A primeira é que consideramos importante o levantamento de produções históricas acerca da temática racial. A segunda deve-se ao fato de explorarmos os cadernos da ABECS, através do uso de palavras-chave, as publicações realizadas recentemente que dialoguem com a temática racial, assim como a sua influência para o avanço da consciência racial de pardos que não se autoidentificam com a categoria negra, permanecendo com a autoidentificação parda.

Estamos considerando importante a realização de um levantamento de produções científicas no campo da disciplina de Ciências Sociais, tomando por base as publicações dos cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, por acreditar que esses documentos servem de apoio formativo para professores que atuam diretamente em sala de aula, e que, portanto, podem ou não contribuir para o debate racial na educação brasileira e, por conseguinte, no avanço de uma identidade parda ou negra. A ABECS é uma entidade já consolidada nas Ciências Sociais, criada no ano de 2012, e, portanto, completando, em maio de 2022, seus 10 anos de existência. Desde o ano de 2017 até o presente ano, a ABECS propõe-se a receber e a divulgar pesquisas do campo das Ciências Sociais e é pensando exatamente nessas

publicações que estaremos nos debruçando em analisar, de maneira mais enfática, quantos, quais e de que forma a Sociologia dialoga sobre a temática da formação de uma identidade parda, negra ou mesmo mestiça no campo da própria Sociologia.

O período de exame que estamos nos propondo analisar os cadernos da ABECS vai 2017 até o ano de 2021. O resultado desta pesquisa é destrinchado no capítulo cinco deste trabalho, com o intuito de refletir sobre a presença ou ausência desse debate na academia e como ele reverbera no ensino de Sociologia e, por sua vez, na inclusão de debates que contemplem a formação identitária racial de jovens que, em pouco tempo, estarão atingindo a vida adulta e que, portanto, serão aqueles que poderão ou não representar mudanças nos índices de autodeclaração racial.

Analisar as publicações realizadas na revista da ABECS é, antes de tudo, uma opção política, uma vez em que a disciplina de Sociologia encontra-se mais uma vez no olho do furacão de reformas educacionais, assim como a presença do livro didático em sala de aula que não se configura como uma realidade. Dessa forma, estamos considerando esses cadernos como uma fonte de pesquisa para educadores/as da disciplina em atuação nas salas de aula.

É preciso considerar que as discussões sobre miscigenação não são méritos de nossos intelectuais do presente, elas passam por uma construção que tem sua raiz nos fins do século XIX e início do século XX, baseados, em grande medida, na cultura norte-americana, de forma que podemos observar sua influência desde então ideológica, no sentido de uma organização das ideias, porque se fez necessário conceber *a priori* quem poderia ser classificado como ser humano e *a posteriori* quem era esse humano com características europeias que também herdaria as condições de reivindicar sua liberdade, sua cidadania e sua propriedade primeira, seu corpo, sua vida, conforme Weffort (2006).

Sendo assim, o nosso desafio é acompanhar as modificações dos debates raciais, o que mudou? Qual a contribuição das Ciências Sociais para a compreensão dessas discussões que ora se apresentam históricas, ora carregam em si aspectos que somente com o processo de desenvolvimento das forças produtivas e das modificações sociais foram capazes de serem fermentadas a ponto de eclodirem nas pautas de produção sociológica. Assim sendo, não podemos deixar de lembrar que o processo de exploração de novos territórios que aconteceu durante o período de expansão colonial mercantil dos países chamados de primeiro mundo, concebidos na história oficial como sendo o continente europeu, desde o século XV, é marcante para a formação

das colônias de exploração. Dentre esses novos, está o Brasil, dentre tantos países do continente americano, africano e asiático.

É desse desdobramento que nasce o sujeito central deste trabalho, o pardo é, sobretudo, a aposta de uma nação futura, de um vir a ser branco, que, no imaginário dos construtores da nação do período colonial aos nacionalistas de hoje, ainda está em construção, seria porque não se podia conceber uma nação de indígenas, pardos, mestiços, pretos, ou pior, uma nação que se orgulhasse de seu passado negro de luta e resistência com sangue desses povos lhes correndo às veias?

É, sobretudo, nesse terreno de conhecer o passado, compreender a história para que esta possa contribuir naquilo que estamos chamando de consciência racial, *sine qua non* para o processo de autoafirmação de uma identidade parda que nos debruçamos a pensar, refletir e agir.

2 MESTIÇO É GENTE?

Conforme apresentamos na introdução deste trabalho, o nosso intuito é dialogar sobre a construção de uma identidade compreendida pela população parda ou analisar sua ausência através da retomada de aspectos históricos que constituem esse grande grupo populacional, que constitui aquilo que chamamos de uma nação brasileira.

Porém, é fundamental ressaltar que, apesar de não ser objeto do nosso estudo, o processo civilizatório no Brasil foi marcado por invasões europeias e migração forçada, principalmente, por países da África. Naquele momento, deu início a associação entre negros, índios e brancos, o que condicionou o surgimento de um povo denominado brasileiro, que carrega em suas entranhas a violência, a desculturização e o autoritarismo.

Sendo assim, vale ressaltar que esse processo de construção da identidade parda ou sua ausência não é resultado exclusivamente de ações individuais, não depende apenas de indivíduos declararem-se ou não pardos, pretos, amarelos, indígenas ou brancos, é, antes de tudo, um processo histórico da formação de um país e da construção nacional de uma nação chamada “Brasil ou brasis”. A pergunta é: a qual destes o pardo pertence?

Outro aspecto que devemos considerar é o movimento de expansão territorial que marcou o início da modernidade e que Munanga (2020), Mbembe (2014), Balibar e Wallerstein (2021) caracterizam como sendo primordial para a separação do mundo, segundo os critérios raciais, entre os que seriam considerados humanos (brancos), inumanos (preto-negros, indígenas) e ainda os que estariam no caminho do processo “evolutivo” dentro de uma interpretação racista. Separava-se, neste sentido, aqueles que fossem embranquecendo suas gerações, conservando características europeias, ou da degeneração (mestiços) que fossem caminhando para um enegrecimento da pele, conservando características fenotípicas dos negros e indígenas.

Essa ideia de não humano, ou de “não semelhante”, foi a retórica de justificação e ocultação trazida por Mbembe (2014), enquanto argumentos primordiais para que a escravização de milhões de africanos negros fosse possível, considerando que ao defender que seus corpos não eram universalmente humanos, sua violação deixou de ser algo imoral e passou a ser permitida para que pudessem ser transformados em objetos de extração do trabalho de quem os escraviza, conforme podemos observar a seguir:

Da energia africana ao serviço cedo aprenderam muitos dos grandes proprietários que, abusada ou esticada, rendia menos que bem conservada: daí passarem a explorar o escravo no objetivo do maior rendimento, mas sem prejuízo da sua normalidade de eficiência. A eficiência estava no interesse do senhor em conservar no negro - seu capital, sua máquina de trabalho, alguma coisa de si: donde a alimentação farta e reparadora que Peckolt observou dispensarem os senhores aos escravos no Brasil (150) [...] (FREYRE, 1946, p. 146).

Coube ao primeiro grupo (brancos/ euro-americanos) a tarefa de pensar, de comandar, de ser o representante direto da ideia de bom, civilizado, conhecedor da arte e dos bons costumes, assim como sendo aquele que possui não somente o domínio das linguagens, como também a ligação espiritual, o detentor de uma alma. Já o segundo grupo é constantemente produzido pelo primeiro com a ideia de ser aquele que existe para servir, um corpo a ser domesticado, conforme discorre Mbembe (2014).

A mestiçagem, por sua vez, é vista, segundo Torres (2002), na história da humanidade, como um fator que esteve presente em muitas sociedades tidas como superiores, sem que houvesse preconceitos em torno dela. O autor enfatiza ainda que, em nenhum outro tempo na história da civilização humana, o preconceito recaiu sobre a mestiçagem como ocorreu no período colonial de forma globalizada. Se olhar para o fator social atrelado a essa categoria, veremos que a mestiçagem social é ainda mais repudiada que a mestiçagem étnica.

Não resta dúvida sobre a origem do preconceito sobre a miscigenação no período colonial se levarmos em conta o pensamento euro-americano sobre a mistura das raças branca, negra, indígenas. Para muitos pensadores, como Voltaire e Gobineau, apesar de não serem do mesmo período histórico, podemos observar algumas semelhanças no que se refere à compreensão do processo de miscigenação de povos que descendem dessas grandes raças (amarelas e negras), são, segundo as palavras de Munanga (2020, p.50), “objeto de certa paralisia que as impedia de dar o primeiro passo em direção à civilização”.

Essa ideia de que o mestiço é uma anomalia, que precisa ser corrigida, vai ser fortemente influenciadora do pensamento intelectual de autores brasileiros que se debruçam em criar uma concepção de formação social da nação brasileira. Essa nação que precisaria incorporar o grande contingente de populações ex-escravas, indígenas, mestiças, e de imigrantes europeus e asiáticos, que, com o processo de incorporação industrial, cresce aceleradamente.

Diferentemente de outros países que passaram pelo processo de colonização, sistema escravista, o Brasil pós-abolição buscou construir a ideia de uma nação plural. Esta concede à mestiçagem como sendo o elo que levaria a nação ao seu grau máximo de desenvolvimento (branqueamento

da população), defendido por diversos autores nos fins do século XIX, dentre os mais famosos: Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Gilberto Freyre, entre outros, assim como contribuiu para o chamado mito da democracia racial.

Não é observado o uso do conceito de democracia racial tal qual usa e acusa Freyre em seus escritos, acreditamos que este seja um conceito compreendido e cunhado mais tarde por autores que o leram, é, por outro lado, facilmente observado esse direcionamento conforme segue:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone (FREYRE, 1946, 206-207).

Em outros países, podemos perceber a recusa da incorporação dessas populações para a construção de uma identidade nacional, caminhando para segregações raciais as quais lembramos que se sustentam na ideologia de superioridade de raça. Nos Estados Unidos e na África do Sul, instalou-se, a exemplo disso, o regime de apartheid racial, ou como Balibar, Wallerstein (2021) categorizam, o conflito “racial”, em que as origens raciais sobrepõem-se às características fenotípicas.

Neste sentido, são importantes algumas considerações que Mbembe (2014) lança acerca da construção desse sujeito, o negro. O autor mostra que a figura do negro foi e continua sendo construída como aquela que espanta por sua “exuberância irracional”, justamente pela complexidade dos processos que o constituíram como grupo racial, com a qual ninguém quer ser ligado nem mesmo identificado.

Assim, Mbembe (2014) e Balibar e Wallerstein (2021) também elencam elementos históricos que estão intrinsecamente ligados à formação da categoria negra. Primeiro, é a apropriação dos sujeitos pela espoliação do seu trabalho, impedindo-o de ser dono de qualquer produto produzido por sua própria força de trabalho, além disso, transformando-o no próprio objeto de alguém que fosse reconhecido humano, homem, branco, que tivesse condições de ter posses.

O segundo elemento decisivo para a construção daquilo que Mbembe (2014) descreve

como sendo uma figura mirífica, significado de algo que desperta medo, monstruoso, que é utilizado para descrever como o negro é, senão a apropriação da linguagem. Ao mesmo tempo em que podemos percebê-la como sendo distante e, portanto, sem importância, é o elemento que carrega consigo a concretude da cotidianidade.

Incorporamos o uso da palavra distante e sem importância, para concordarmos com aquilo que Trouillot (2016) chamou de narrativa histórica ocidental, que foi incorporada nas sociedades ocidentais, assim sendo, nas colônias de exploração. Essa concepção anula toda e qualquer produção de linguagens, fossem escritas ou faladas, simplesmente pelo fato de serem incompreendidos pelos colonizados, o que sabemos não anula o fato de sua existência, mas contribui para aquilo que estamos chamando de concretude da cotidianidade.

Para Netto e Carvalho (2011), é na precisão do fazer cotidiano, e aqui compreendemos a manutenção das linguagens das populações autóctones e povos escravizados, que se concebe a concretude desse ser, assim como a suspensão desse cotidiano de exploração, de abusos, de negação de ser é também importante para aquilo que os autores chamam de plenitude existencial. É com essa plenitude que os indivíduos conseguem chegar ao nível de consciência, necessária para transformação social do cotidiano que os prende. Assim compreendemos a importância da linguagem para além da comunicação, mas como importante instrumento de luta, de mobilização e resistência utilizada desde o Brasil colônia até os dias atuais.

O simples fato de toda e qualquer forma de organização linguística, fosse ela gramatical ou oral que não fosse a do colonizador europeu (inglês, francês, português) ser convertida à ausência de linguagem, de certa forma, foi decisiva nas ações da cotidianidade concreta das populações escravizadas.

Foi com a ajuda da comunicação oculta, invisível, não compreensível aos olhos e ouvidos do colonizador, explorador, torturador, que muitos levantes foram organizados. Assim como a linguagem foi decisiva para a comunicação de ações de revoltas, foi também crucial na preservação das crenças, costumes e identidade cultural.

Já o terceiro elemento que contribui para a construção e desconstrução desse sujeito, que os autores consideram importante, é as modificações que o “sistema mundo” vem passando. Elas podem ser percebidas em nossas relações atuais, que tratam justamente do processo de globalização, avanços das Novas Tecnologias da Informação (NTICs).

Se os movimentos de mobilizações raciais brasileiros no passado utilizaram as linguagens

e a imprensa como ferramentas de mobilização, conscientização e levantes dessas populações, conforme Cutrim (2018), Pereira (2019), argumentam; na atualidade, o uso das plataformas digitais, como Youtube, Instagram, Facebook entre outros, além da boa e velha televisão, imprensa e o rádio com *upgrades* e *streaming*, passaram a incorporar narrativas de valorização dos saberes, culturas e produções dessas populações.

Nos dias de hoje, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais e utilizam muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet, que, em constante transformação, possibilita que novas ferramentas despontem como palco para a militância.

Esse novo modo de gestão da sociedade reverbera de maneira direta na construção individual e, principalmente, coletiva, daquilo que compreendemos como sendo importante para um ser humano. Novamente são esses grupos de sujeitos negros, pardos, indígenas, imigrantes que estarão compondo o núcleo central da disputa pela sobrevivência.

É esse sujeito que está em disputa ora pelo campo dos movimentos de reivindicação racial, ora pelo capital que estamos tentando compreender desde sua origem. Não podemos tratar de pardo sem lembrar do processo de colonização, de escravização das populações pretas e indígenas. Tampouco podemos esquecer que o pardo nasce de abusos sexuais cometidos pelos senhores das mulheres escravizadas e de indígenas.

2.1 ASPECTOS RACIAIS NO BRASIL

Nos moldes como conhecemos o emprego da palavra raça, ela começou a ser utilizada nas Ciências Humanas por volta do século XVI-XVII com François Bernier que, segundo Munanga (2003),¹ fez uso do conceito para classificar a multiplicidade humana em grupos divergentes, caracterizando, assim, as raças. É válido ressaltar que essa diversidade racial apontada de forma primeira é, sobretudo, notada a olho nu, observando, portanto, apenas características físicas visíveis e não traços genéticos.

Para os propósitos desta pesquisa, o mestiço é um sujeito que vive à margem do

¹ MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2022. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

projeto de nação do Brasil, apesar de sua origem já viver aqui antes da chegada dos colonizadores de origem branca europeia. A presença do mestiço tem seu surgimento quando das irrupções de portugueses em terras que hoje conhecemos como brasileiras, já em 1500, com o início daquilo que Gorender (2016) formula como sendo “duas formações sociais heterogêneas: a dos conquistadores europeus e a das tribos autóctones” em meados do século XVI. Esse processo denominado de mestiçagem, ou seja, o resultado do encontro de brancos e indígenas, aprofunda-se ainda mais com a incorporação do modelo de produção escravista.

Aconteceu no Brasil o que dantes não se via acontecer em nenhuma outra sociedade escravista, conforme o próprio autor considera em sua obra, “A característica mais essencial, que se salienta no ser escravo, reside na condição de propriedade de outro ser humano”, logo as populações autóctones não poderiam ser subjugadas a objetos da maneira como foram historicamente, pelo simples fato de serem outorgados como humanos.

Para que esse impasse fosse solucionado, um número gigantesco de populações do continente africano foi forçado a atravessar o Oceano Atlântico para suprir a força de trabalho que o modelo de produção escravista dependia. Sem esquecer que, mesmo havendo leis que protegessem as populações nativas, estas não se isentaram de serem escravizadas e coisificadas tal qual as populações negras.

No Brasil, a maneira com que negros e indígenas, fossem escravos e ou libertos, eram tratados, condicionou modificações no modelo de produção escravista, as quais implicaram criações de leis que reconheçam o escravo como ser humano, ainda que isso fosse meramente para uma punição ou responsabilização deste sobre alguma situação delituosa.

É este o cenário embrionário de nossa nação brasileira, portugueses dotados de humanidade à frente de uma jornada chamada colonização à custa de braços mecanizados em carne, ossos, músculos, dores e amores, de cores de terra, barro vermelho e preto como o carvão. Assim, surgiram nossas paletas de morenos claros, cor de cuiá, areia, outros tantos já categorizados pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Já a mestiçagem racial do ponto de vista biologicista, nada mais é do que a soma de genes diferentes que carregam em si informações que definem as características de um determinado grupo. Dessa forma, não se descarta a possibilidade de miscigenação entre as populações indígenas, negras e brancas anterior ao processo de inserção de um projeto de branqueamento, até mesmo anterior ao uso do conceito de mestiçagem ou miscigenação ser

incorporado e ganhar peso na sociedade.

De acordo Schwarcz (1994, p. 140), os intelectuais que se basearam nos modelos das ciências naturais faziam associações comparativas entre as espécies botânicas, zoológicas e a humanidade como o fez Herman Von Lhering (então diretor do Museu Paulista), constatando similitude no desenvolvimento comum: “a degenerescência, presente nos tífos híbridos na zoologia, pode ser com certa facilidade percebida nos grupos humanos”. Longe dos tipos puros, é com cuidado que deve ser analisada a miscigenação local.

Outra linha de pensamento sobre a origem da humanidade descende dos poligenistas, autores que diferentemente do pensamento darwinista, acreditavam na diversidade de grupos humanos. Os adeptos dos modelos poligenistas concebiam as raças como fenômenos essenciais e ontológicos, sendo que, para esse grupo de intelectuais, o processo evolutivo, que é possível ser observado na natureza era também esperado nos processos evolutivos da espécie humana, o que significava dizer que alguns grupos eram inferiores frente a outros no processo de avanço civilizatório.

É ilustrativa, nesse sentido, a defesa que faz Von Lhering em 1911, no jornal O Estado de S. Paulo, do extermínio dos Kaingang, em nome da construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil. Utilizando-se de modelos evolucionistas e deterministas, o naturalista alemão condenava "grupos indígenas inferiores", que, em sua ótica, desapareceriam pela "mera ação da natureza". Frente aos prognósticos científicos, nada havia a obstar; nem mesmo "uma moral de fundo humanista", como afirmava Von Lhering (SCHWARCZ, 1994, p. 140).

Na passagem do texto o “Espetáculo da miscigenação”, Lilia Moritz Schwarcz pontua a heteronomia na visão do mestiço, bem como a reprodução interna desse pensamento nos principais espaços de produção cultural.

Nas palavras da autora:

Essa visão mestiça da nação não se resumia, porém, ao olhar que vinha de fora, aos inúmeros naturalistas que aqui estiveram. Internamente o tema se reproduzia a partir de diferentes locais. Nos censos, nos jornais, nas pinturas, na visão de políticos e cientistas, a raça aparecia como um argumento partilhado, uma interpretação interna bastante consensual. “Formamos um país mestiço”... “somos mestiços se não no sangue ao menos na alma”, definia o crítico literário Sílvio Romero (1888), da Escola de Recife, a comentar “a composição étnica e antropológica singular” da população brasileira. (SCHWARCZ, 1994, p. 137).

O que nos leva a pensar e a concordar com autores como Munanga (2020), Balibar e Wallerstein (2021), quando sugerem que os discursos raciais frequentemente estão mais ligados à aspectos culturais e interesses políticos do que propriamente preocupados com aquilo que autores

do final do século XIX no Brasil – influenciados pelas tradições funcionalistas e racialistas da época, como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e até mesmo Euclides da Cunha – apesar de mirantes díspares tinham um lugar-comum na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro, mas diretamente propor uma definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil enquanto Nação.

Vejamos algumas das principais formulações desses intelectuais sobre a mestiçagem pontuada em Munanga (2020), em que, com algumas exceções, acreditava-se piamente na inferioridade das raças não brancas, sobretudo, a negra e na degenerescência do mestiço.

Para o entendimento de autores que defendem o processo de miscigenação, Costa (2001), Costa (2006), Munanga (2020) retomam o pensamento de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha para compreendermos o debate sobre a mestiçagem e desta com a ideia de construção nacional. Para Sílvio Romero, o crucial era saber se a população brasileira, resultado das três raças (branca, negra e índia) tão distintas, poderia construir característica própria, original. Mesmo acreditando no surgimento de um povo brasileiro, produto da mestiçagem em curso, aponta esse processo como responsável pela dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, na qual sobrepuja o aspecto biológico e cultural branco e o desaparecimento dos elementos não brancos. A mestiçagem aqui representa uma fase transitória e intermediária do alicerce de uma nação brasileira majoritariamente branca, prevista em dois ou três séculos de fusão entre as três raças.

A heterogeneidade tanto racial quanto cultural da população brasileira, até mesmo espacial, é que faz Nina Rodrigues contrapor a unidade étnica projetada no pensamento de Romero. Para o lugar, sugere a institucionalização e a legalização da heterogeneidade, através de uma figura jurídica denominada responsabilidade penal atenuada. Constatada a desigualdade racial, índios, negros e mestiços não têm a mesma consciência do direito e do dever que a raça branca civilizada, porque ainda não desenvolveram o psíquico suficiente para discernir seu comportamento e o livre-arbítrio.

Cunha (2009) retoma a discussão de uma existência do tipo étnico particularmente brasileiro, produto da convergência dos cruzamentos ininterruptos dos três grupos raciais originais. Diferente de Romero, ele não acredita num tipo racial nacional único, mas em vários tipos, devido à heterogeneidade racial, aos cruzamentos, ao meio físico e à variedade de situações históricas. Contudo, concebe o mestiço como a união entre raças, por isso, um desequilibrado, um decaído sem energia física dos ascendentes selvagens e sem a atitude intelectual dos ancestrais

superiores. É aí que a nossa discussão toma outros rumos, já que foi baseado nessa interpretação biologicista que os racialistas ao longo da história ancoraram-se para justificar a supremacia de determinados grupos humanos sobre outros.

O período mercantil da sociedade capitalista (séculos. XVI-XVIII), com as grandes navegações, a “descoberta das Américas” e a incorporação das populações ameríndias e africanas ao sistema mundial como força de trabalho compulsório, conforme Wallerstein (2007), foi crucial para a implementação do conceito de raça, para separar esses “outros” seres humanos em subclassificações da raça humana pré-existente. Como refletem Mbembe (2014), Fernandes (1972), o uso da linguagem real e oficial tem servido historicamente para criar e afirmar a ideia negativa do conceito concreto de ser negro.

O Negro e a raça têm o significado, para os imaginários das sociedades europeias, a mesma coisa. Designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos da intensidade crua e de repulsa, a sua aparição no saber no saber do discurso moderno sobre o homem (e, por consequência sobre o humanismo e a Humanidade) foi, se não simultâneo, pelo menos paralelo; e, desde o início do século XVIII, constituiu, no conjunto, o subsolo (inconfesso e muitas vezes negado), ou melhor, o núcleo complexo a partir do qual o projeto moderno de conhecimento – mas também de governação – se redifiniu (MBEMBE, 2014, p. 10).

Portanto, é baseado nesse ideário que ainda hoje se constrói o imaginário do conceito daquilo que é o “outro”, que não o europeu. Nas palavras de Munanga (2020), os pensadores brasileiros abasteceram-se dos referenciais teóricos europeus e americanos de sua época e da época anterior orientada pelo endosso da discussão de alguns iluministas a respeito do caráter ambivalente da mestiçagem “ora para explicar e confirmar a unidade da espécie humana ou para negá-la”.

Completa o autor:

(...) a ideia de mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais; as ideias sobre a degenerescência da mestiçagem etc., todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral ocidental repercute com todas as suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira (MUNANGA, 2020, p. 53).

A miscigenação transformou-se num tema polêmico no locus intelectual de maneira global, assim como da elite local, acreditamos que esse fenômeno é decorrência do contexto da época em que as discussões raciais aproximavam-se de maneira demasiada, talvez não seria equivocado afirmarmos que estariam associadas às discussões daquilo que se pensava para o

futuro de qualquer nação, estamos tratando, portanto, de um projeto de nação em que estaria, no topo, a dedicação em que o país fosse de tipo único em termos biológicos e socialmente homoganeamente branca.

No caso da sociedade brasileira, notadamente mestiça desde seus primórdios, a aparição de novos dilemas para os cientistas brasileiros foi, sobretudo, efervescente, se, por um lado, o debate sobre raça parecia oportuno pela justificação natural de diferenças, sobretudo sociais, por outro, as preocupações da época circundavam em torno do que muitos autores chamam de “degeneração”.

Apenas para elucidarmos o uso do termo, segundo a definição do dicionário Online de Português, é aquilo que foi alvo de degeneração; diz-se do que deixou de possuir as características de ter as características particulares de sua espécie; cujas características foram modificadas; abastardas, que passou a possuir uma condição inferior, decadente².

Sendo assim, não havia como escapar de paradoxos que surgiam frente a nossa realidade, a admissão da inexistência de futuro para uma nação de raças mistas como a brasileira, já que o paradigma dos modelos evolucionistas não só elogiava o progresso e a civilização, como concluía que “a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade” (SCHWARCZ, 1994, p. 138).

Complementa a mesma autora, ao adotar tais teorias raciais no Brasil, implica pensar o que foi aproveitado do modelo europeu no país e quem não se ajustava a ele, ou seja, buscava-se, nessas teorias, justificativas para expulsar a parte gangrenada da população, sem deixar de garantir que o futuro seria branco e ocidental. O que nos obriga a pensar em um personagem da filosofia grega, Procusto, que era um homem que obrigava a todos os viajantes que passassem pelo vilarejo em que morava a se deitarem na cama de seu tamanho e cortava-lhes fosse à cabeça ou os pés para que ficassem do mesmo tamanho que a cama³.

O que essa história tem em comum com o projeto de construção de uma nação em que se buscava a homogeneização de seu povo? É a velha máxima de exclusão daquilo que é visto como degenerado, feio, incapaz, de maneira geral que não se adequa à cama, aos moldes, ao projeto que se pensa para o país.

² Para ver mais acesse o site; Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/degenerado/>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

³ Para ver a história de Procusto resumidamente. Disponível em: <https://www.apmp.com.br/wp-content/uploads/2018/03/LEITO-DE-PROCUSTO.pdf> Acesso em: 08 mar. 2022.

Há, contudo, autores que desafiaram a tese de degeneração dos miscigenados, conforme podemos ver em Munanga (2020), quando se refere à obra “O problema brasileiro, Alberto Torres”, o autor faz referência à mudança do pensamento sobre a formação da nacionalidade e da identidade brasileira. Para ele, a diversidade racial não é motivo, causa, tampouco constitui a gênese do subdesenvolvimento da espécie, essa mescla de raças não significa inferioridade intelectual dessa gente e não representa obstáculos à constituição da identidade do povo brasileiro. Ao contrário do que defendiam as teorias positivistas, Alberto Torres desloca o rumo da discussão ao responsabilizar as instituições políticas pela incompreensão da particularidade da qual a sociedade brasileira funda-se.

A raça é, de todos os elementos da nacionalidade, talvez o menos ativo. Nenhum dos povos contemporâneos é formado de uma raça homogênea; alguns compõem-se de raças distintas. A Suíça, com a sua população variada, de origem francesa, germânica, italiana e romaica, contém ramos, ainda hoje radicalmente destacados, dos três grandes tipos étnicos o tipo nórdico, o mediterrâneo e o braquicéfalo central. Os Estados Unidos reúnem representantes de todas as estirpes étnicas; a população austro-húngara forma um verdadeiro mosaico de variedades humanas, desde os teutos até os descendentes, magiares, dos hunos. Nenhum destes povos deixa de formar uma “nação”, moral, política e socialmente. (...) Todos os tipos mediterrâneos, a que pertencem os nossos colonos antigos e modernos, são mestiços. É, assim, difícilimo generalizar juízos sobre a capacidade específica das diversas raças: a confusão tem obliterado os caracteres étnicos; os trâmites da evolução nacional e política realçaram, por força dos costumes e das instituições, os fatores puramente sociais de seleção (TORRES, 2002, p.33-35).

O grande problema nacional encontra-se entre a realidade do país real e do país oficial que toma de empréstimo das nações do velho mundo modelos uniformes de Estado e de visão de mundo. A explicação da causa do problema do país é fruto da convergência de vários fatores: a exploração dos estrangeiros que levava ao esgotamento dos recursos naturais para obter lucros exorbitantes, a expansão do controle do circuito econômico pelos capitalistas brancos, o desamparo ilimitado à população nacional em detrimento à benevolência privilegiada dos imigrantes estrangeiros (FONSECA, 1992 apud MUNANGA, 2020).

Continuam nesse diálogo os autores, considerando que a verdadeira raiz do problema nacional, na compreensão de Torres, estava na alienação das elites da realidade nacional e, por essa razão, uma presa inerte das teorias de degenerescência espriadas pelos racistas europeus. A coragem dele contribui para recusar a moldura do pensamento fatalista e determinista, além de romper com o presságio da inferioridade racial, o que inaugurou discussões sobre o futuro da nacionalidade. O enfrentamento às doutrinas racistas da época somou-se à voz discordante de Manuel Bonfim Munanga (2020).

Costa (2001) afirma que o debate racial que inaugurou o século XX retoma o bisar da discussão racial ocorrido no Brasil desde fins do século XIX e início do séc. XX, produto do competente trabalho intelectual e referência no assunto (cf. Schwarcz, 1993; Munanga, 1999; Hofbauer, 1995; entre outros). Segundo o autor, apesar das divergências entre eles, o ponto em comum assinala a questão racial da virada do século como manifestação do ceticismo vigente sobre o futuro próspero de construção do projeto nação progressista nos trópicos, uma vez que a população era constituída em grande medida de negros e mestiços.

Importante é a posição presente nesse debate desconhecida no Brasil, defendida pelo pesquisador racial nazista Heinrich Krieger, a partir do texto de Costa (2001):

Num ensaio publicado em 1940, Krieger busca dar razão a Nina Rodrigues quando este mostra as consequências deletérias da mistura de raças. Conforme Krieger, os mestiços são degenerados, sem pertença racial definida, enquanto os negros, a despeito de sua inferioridade intelectual, constituíam uma raça pura. O autor chega mesmo a elogiar a nascente Frente Negra Brasileira, que celebrava, segundo ele, o orgulho racial de um grupo puro, em distinção ao festejamento das misturas raciais já então dominante. Krieger questiona a qualidade técnica das estatísticas de Oliveira Vianna demonstrando que, a persistirem os cruzamentos inter-raciais, ter-se-ia no Brasil, ao contrário do gradativo branqueamento prognosticado, um rápido escurecimento da população. Através de uma política consequente que fizesse evitar os casamentos inter-raciais poder-se-ia, contudo, conforme Krieger, manter preservado um grupo ariano com as faculdades necessárias para as funções de direção da sociedade, abrindo-se assim as possibilidades para o florescimento de uma nação progressista governada pelos grupos brancos (COSTA, 2001, p. 145-146).

É dessa forma que vamos construindo aquilo que Gomes (2019) descreve como sendo “o limbo”, isso porque existem ainda muitas lacunas não preenchidas por esse grupo identitário, que, a todo o momento, é acusado de não ter uma posição política, quando não se declaram negros, por outro lado, tem surgido certa reivindicação dessa identidade negra por pretos retintos. Esse é outro desdobramento no qual não entraremos por acreditarmos que o debate poderia nos desviar do nosso foco de discussão, mas que certamente tem muito a dizer sobre a flutuação do pardo, vista também como um refúgio, uma vez que não se tem iniciativas de uma ressignificação do termo, o que acreditamos requer tempo, debate e conhecimentos prévios da sua história.

Portanto, acreditamos na importância deste trabalho, justamente porque tentamos focar na história desses sujeitos imersos em uma inércia identitária, primeiramente, por não compreender as condições, teorias e projeções para seu futuro. É antes importante saber quem somos, quem fomos, para que possamos pensar em quem seremos, sem que outrem nos digam,

definem, rotulem e acusem.

No Brasil, o que percebemos é uma segregação que não passa pelo crivo da legitimidade estatal, fato que podemos perceber em diversas outras formas de organização social ou mesmo de construção daquilo que chamamos de nação, daí a necessidade de sermos cautelosos em análises comparativas com outros países que passam por esse modelo de estruturação social.

Enquanto países como os Estados Unidos ou mesmo a África do Sul tiveram instaurado o sistema de segregação racial durante o processo de construção do Estado Nação, com muitas leis que instituíam a proibição das relações inter-raciais, no Brasil, não podemos perder de vista que esse é justamente o que nos fundamenta enquanto uma ideia de nação brasileira.

Trazemos o debate de formação de Estados, uma vez que estes são resultados imediatos de processos de dominação, exploração e extermínios durante o período que conhecemos por colonização. Mas também para que possamos compreender justamente algumas diferenciações fundantes que são basilares para a compreensão de que esse sistema de miscigenação só foi permitido em países periféricos do capitalismo, isso porque, conforme Balibar e Wallerstein (2021), a estrutura do sistema capitalista é a de uma economia generalizada que também é responsável pela formação desses Estados que dão corpo ao tecido social e econômico destes.

O que vem a discutir de forma direta com o processo de formação de nossa sociedade, conforme análises já realizadas por teóricos como Caio Prado Júnior (1998), ao aferir as diferenças de trato entre as populações autóctones, as mais diversas etnias já estabelecidas aqui, os africanos trazidos para o Brasil com o intuito de exploração de sua mão de obra, servindo como escravos, e os imigrantes europeus. Percebendo que este último só se deslocaria para o país quando já pudessem ser assegurados os recursos necessários para garantir-lhe o sucesso de seu deslocamento.

O que por muito tempo foi chamado de recursos foi nada mais do que a segurança, garantia de que, ao chegarem ao Brasil, esses imigrantes europeus teriam não somente a terra fértil para ser explorada, mas a força de trabalho disponível para que obedecessem aos mandos desses seres intitulados civilizados, portanto, superiores aos demais, fossem eles indígenas ou africanos.

Daí a necessidade de sairmos do discurso raso de meritocracias os quais sempre deram sustentação ao que, por muito tempo, foi considerado um sistema de democracia racial. Muitas

foram as revoltas orquestradas por populações indígenas que, relutantes em incorporar a culturado trabalho pesado, da exploração dos corpos femininos e mesmo da usurpação de sua língua, quando não sucumbiam a obediência ou fugiam para a mata ou mesmo tiravam suas vidas.

Assim também é percebido com os milhões de africanos, homens e mulheres que, acorrentados, foram tornados escravos e trazidos para esse novo espaço de exploração, afinal o capitalismo precisava aumentar seus ganhos em outros territórios, além-mar. A criação de outras nações que pudessem ser exploradas das mais diversas maneiras, solo, água, minérios e gentes.

Percebemos que, desde a formação do nosso Estado Nação, algumas categorias já consolidadas eram utilizadas em consonância com a ideologia dos colonizadores, Munanga (2020) traz para o debate a importância da ideologia racial, bem assinalado nos países em que a segregação racial esteve presente de maneira a reafirmar a polarização entre brancos e negros, sem espaços para um meio termo. Ao mesmo tempo em que essa divisão serviu também para a divisão ontológica entre aquilo que já advertíamos anteriormente, a ideia de “Ser” conferido ao branco e o de “Não Ser” reservado ao negro e suas ramificações, principalmente quando estas carregam em si a cor da pele negra.

Observando aqui a falta de uma identidade enquanto nação brasileira, já que esta foge à regra justamente por conta da herança de escravização dos povos que são constituintes da nossa formação social, segundo Munanga (2020), talvez até uma forma de negar a relação existente entre o que somos hoje e o que fomos num passado ainda lembrado por seus massacres.

Negar a identidade de negro é também negar o quanto estamos ligados a um passado histórico manchado de sangue de nossos iguais, é negar a relação direta que temos com populações que atravessaram o oceano em condições desumanas, ou mesmo as populações autóctones que aqui já povoavam, ambas as populações que figuram o átomo dessa categoria. Ser negro não é necessariamente ser preto retinto, é também reconhecer e ter a consciência de sua história, daí a complexidade de compreender o pardo como uma figura que compõe essa categoria.

É inclusive um desafio para as próprias organizações que lideram esse debate de identidade racial no país, conforme Munanga (2020) discute sobre outro termo muito

utilizado nos dias atuais, sobre o qual não adentraremos neste trabalho por questões metodológicas e de entendimento político. Trata-se do uso do colorismo enquanto categoria ideológica, chamando atenção para a maneira como este vem sendo utilizado para dispersar e enfraquecer as próprias organizações que lutam contra o racismo, os privilégios e a desigualdade social no Brasil.

3 COMO SE DEFINE UMA IDENTIDADE?

A construção de uma identidade é algo que, conforme veremos mais adiante, necessita de dois movimentos, primeiro, do particular, do indivíduo que se sente ou não pertencente ao grupo seja ele qual for, e do segundo movimento que é exterior, que pertence ao coletivo, que vai acolher ou não esse indivíduo em determinado grupo.

Percebemos que a formação da identidade seja preta, negra, indígena ou parda é um processo que tem uma grande influência no decorrer do desenvolvimento humano, ou seja, na infância e, principalmente, na adolescência.

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou mesmo país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SANTOS, 1999, p.119)

Dessa maneira, podemos observar que essas argumentações têm muitas relações com a noção de uma identidade a qual conhecemos dentro da perspectiva em Hall (2014), intitulada como sujeito sociológico, quando a formação da identidade é forjada nessa relação entre o mundo interior, do sujeito que está em busca de uma identidade, um lugar para considerar-se pertencente, e o mundo externo, que foge ao seu controle, mas que lhe é de extrema importância, uma vez que este se sente ligado às concepções, ideias e valores os quais o mundo externo produz e reproduz.

Notamos o quanto o mundo exterior, as relações sociais em que estamos inseridos podem, de maneira muito incisiva, contribuir ou não para um avanço daquilo que Munanga (1999) chamou de consciência racial. As maneiras múltiplas de manifestar a negritude, ou a sua ausência, podem ser percebidas no ato da fala, das ações e mesmo em personificações da ideia de negritude, como usar turbante, cores vivas ou o corte de cabelo.

Desde relatos de Fernandes (1972), observamos como a questão subjetiva, de formulações de ideias negativas para aquilo que se é mau, ruim, feio, sujo, e mesmo perigoso tem sido uma construção social da qual ainda sentimos os efeitos. As criações sociais formuladas no período pós-abolicionista, como, por exemplo, a ideia de que o negro é preguiçoso, por conta da disputa direta dos trabalhadores libertos que não se dispunham a trabalhar para quem a vida inteira os escravizou, vinga como uma negativa para o mundo do

trabalho.

Como se os ex-escravos estivessem disputando o mesmo espaço de trabalho com as mesmas condições que os imigrantes europeus que aqui chegavam, Fernandes (1972) ressalta que as circunstâncias oferecidas a essas populações eram muito diferentes das que eram ofertadas aos negros.

Hoje, seria interessante o uso da identidade parda, assim como uso da identidade preta, para criar-se uma identidade de aceitação ou mesmo de identidade negra, visto que a região Sul é uma região que se diferencia muito das outras regiões do país por conta da migração de povos europeus. Até hoje não temos essa ideia de identificação como sendo pardo, mas se pararmos para analisar com mais afinco, estaríamos mais próximos dessa ideia de pardo do que propriamente a ideia de uma identidade de preto, uma vez que majoritariamente não somos nem pretos retintos, tampouco somente descendentes de imigrantes, brancos de olhos claros.

Mas como criar uma identidade parda quando esta é vista de forma tão negativa quanto foi no processo de construção de uma identidade negra? Como trabalhar incertezas quando até quem deveria acolher, exclui? E como o ensino das Ciências Sociais pode ser um caminho para amenizar essas tensões subjetivas?

Nós acreditamos que o trabalho dos profissionais da área das Ciências Sociais é recheado de possibilidades das quais necessita o processo de construção de identidade, uma vez que temporariamente analisa o funcionamento da sociedade, bem como suas limitações, seus escapes e sua construção histórica. Não se constrói uma identidade racial sem saber sua história, suas raízes.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para que este trabalho fosse desenvolvido, buscamos nos apoiar em alguns autores já consolidados no campo das discussões raciais, identitárias e políticas. Um dos elementos importantes que devemos considerar é que o conceito de raça foi importado das discussões das ciências biológicas que a utilizam para classificar, categorizar grupos de espécies botânicas. É que o conceito de raça humana é, portanto, compreendido como ideológico e político, mas que persiste operando nas ações do nosso cotidiano social, daí a importância desse debate.

É importante *a priori* estabelecermos que, para o imaginário europeu do século XVIII, negro e raça são, senão a mesma coisa, têm significação de tudo o que é repulsivo, funesto,

negativo, motivo de manter fora das relações sociais ou, por outro lado, trancafiado, é a respeito disso que Mbembe (2014) convida a refletirmos. E, portanto, é baseado nesse ideário que se constrói o “outro”, que não o europeu.

No Brasil, o conceito de raça é utilizado desde os primórdios da construção da nação e da sociedade civil. Aparece, primeiro, com o mito da democracia racial, concebida por autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana etc., que se interessavam em desenvolver uma teoria sobre a identidade nacional, brasileira.

O primeiro, de acordo com Munanga (1999), apesar de acreditar na miscigenação como uma forma de construção da identidade nacional brasileira, via também a sobreposição da raça branca sobre a indígena e a negra, ou seja, via no processo de miscigenação o caminho para o branqueamento da raça e, por conseguinte, da nação. Já, para Euclides da Cunha, por exemplo, a mestiçagem caracterizava a formação de uma raça desequilibrada, apesar de alta fecundidade, para esse autor, o mestiço apresentava uma moral instável, às vezes frágil, às vezes fulgurante. Reforça a compreensão de que a mestiçagem priorizaria as qualidades das raças inferiores, compreendidas por como sendo os indígenas e negros, segundo Munanga (1999).

O autor ainda enfatiza que, para Euclides da Cunha, a miscigenação era um empecilho para a formação de uma identidade nacional, uma vez que considerava a mestiçagem como algo problemático, um desequilíbrio social e econômico, o qual deveria ser organizado pelas elites com objetivo de pôr fim a esse mal.

De acordo com Costa (2009), o entendimento de raça desde os primórdios no Brasil, com a primeira formação de pensadores e cientistas que tiveram uma forte influência positivista europeia, a mistura das raças ocupava um lugar na escala da evolução inferior à raça branca e, portanto, incapaz de atingir o grau de civilização. Para Nina Rodrigues, por exemplo, a justificativa dava-se, segundo ele: “Porque os mestiços são uma anarquia no sangue, nas ideias, nos sentimentos, abrigando dentro de si tendências contrárias que estão em luta constante.” (COSTA, 2009, p. 95).

Esse imaginário é típico do processo de colonização da subjetividade e isso não ocorre dodia para a noite, é fruto de um longo processo de inculcação consolidado. “Através de um processo de disseminação, mas, sobretudo de inculcação, já muito estudado, esta enorme

gangade disparates, de mentiras e de alucinações tomou-se uma espécie de invólucro exterior cuja função foi, desde logo, substituir-se ao seu ser, vida, trabalho e linguagem.” (MBEMBE, 2014, p. 77).

A ideia do negro atrelada à África como sendo um só perdura nos nossos dias, por que negro ainda é igual a escravo, por que ao falarmos de continente africano ainda remetemos à memória de povos escravos? Por que a figura “descaracterizada, monstruosa, maligna, de pura petulância foi designada à população negra?” Algumas dessas indagações Mbembe (2014) auxilia-nos a compreender e a olhar para a história de outra maneira.

Três condicionantes históricas explicam, por conseguinte, a força que a fantasia do Branco ganha. E são muitas as pessoas que nela acreditam. Explico melhor: longe de ser espontânea, esta crença foi cultivada, alimentada, reproduzida e disseminada através de um conjunto de dispositivos teológicos, culturais, políticos, económicos e institucionais, dos quais a história e a teoria crítica da raça acompanharam a evolução e as consequências ao longo dos séculos (MBEMBE, 2014, p. 86).

É preciso, portanto, avançar nos debates, passar a olhar esses dispositivos sociais de maneira aprofundada para que não se reproduzam discursos construídos para serem disseminados pelo senso comum. É necessário que haja, para tanto, não só debate teórico, mas engajamento político, no sentido de tomar para si a responsabilidade de desnaturalizar o “normal”, o “cultural”.

Essa “crise de identidades” conceito cunhado por Érick Erikson, na década de 1960, é, conforme salienta Copper e Brubaker (2018), histórica, não sendo exclusividade da população parda, mas abrange outros grupos identitários que também lutam incessantemente para seu reconhecimento. Mas, no sentido prático, tem relação mesma com os levantes dos movimentos negros nos Estados Unidos, de luta por reconhecimento social, político e identitário.

Desde então, a utilização do conceito identidade para além do campo psicanalítico, ainda segundo os autores, tem sido difundido tanto no campo acadêmico, na área das ciências sociais, quanto no campo prático, a ver a formulação, criação de grupos politizados que tomam a bandeira de identidade racial como fonte de sua luta por direitos sociais. Não estamos aqui, de forma alguma, a diminuir a importância dos movimentos de classe que historicamente travaram pautas semelhantes de reconhecimento social e de direitos civis.

Entretanto, o *modus operandi* de enfrentamento que dadas populações passam a incorporar passa pelo crivo das identidades raciais, uma vez que a população branca passa por limitações na sociedade capitalista de forma diferenciada do que pretos e pardos, que, em

geral, já nascem em contextos bem diferentes que os primeiros. Sendo assim, todo o debate cunhado até então tem relação intrínseca com o conceito nos dois âmbitos aqui abordados de identidade, prático e analítico.

Essa discussão faz-se pertinente ao verificarmos a preocupação que o país tem em classificar sua população de forma a maquiagem, esconder ou diminuir a presença de pretos e pardos. Isso por conta da luta incessante do Movimento Negro, que, durante os anos 1970, lutou pela ressignificação do termo Negro, para, aquilo que abordamos anteriormente, desnaturalizar as ideias negativas pré-formuladas socialmente no que tange à figura do Negro.

Não é de hoje que existe o interesse em quantificar, registrar e observar a população racial de nosso país, conforme aponta Campos (2013), desde o primeiro censo, em 1872, quando o Império mandou que incluíssem uma pergunta de raça, o objetivo era medir os impactos da escravidão, dentre as categorias estavam: branca, preta, parda e cabocla. Nos anos de 1920 e 1940, essas categorias saem dos censos e surpreendem uma vez que cerca de 20% da população classificou-se como sendo outra que não branca, nem mestiça ou preta.

É possível encontrar ainda uma preocupação ou aquilo que Campos (2013) considera uma tentativa de forçar a população a classificar-se como sendo branca, preta ou mestiça, e o resultado foi recebido de forma negativa, o que os dados mostravam é que, ao contrário do que se esperava, o país não estava embranquecendo na mesma rapidez com a qual desejavam as elites. Daí a importância do enquadramento de pretos e pardos na mesma categoria racial, negro, embora saibamos que, em termos numéricos, os pardos sobrepõem-se significativamente em relação aos pretos, passamos a considerar que a incorporação desse grupo à categoria Negra foi positiva, principalmente para o Movimento Negro mobilizado.

Uma nota apenas para que não esqueçamos que o Movimento Negro não pode resumir apenas-se ao surgimento deste de forma institucionalizada ou reconhecida politicamente recente, pelo contrário, surge a partir do momento em que homens e mulheres passam a ser escravizados, com o pretexto de sua cor de pele. Assim como a força de trabalho do negro escravizado era tão necessária quanto a sua visibilidade, ainda o é hoje como fonte de energia para gerir o mercado capitalista. Fernandes (1972) deixa sua contribuição delineada neste sentido em sua obra.

É preciso que se tenha em conta que na antiga sociedade escravista o “escravo” era uma entidade social mais necessária que o “liberto” [...] o mestiço, com frequência ofereceu o contingente demográfico que permitia saturar tais posições sociais e que

eram essenciais para o equilíbrio do sistema (FERNANDES, 1972, p.27).

Embora o autor mesmo faça as considerações no que se refere à incorporação de ambas as populações, negra e mestiça, no mundo do trabalho “universal” após abolição, em relação ao grande contingente de imigrantes vindos de toda a Europa, essa é uma esfera social a qual temos o dever de trazer à baila para a atualidade para que possamos refletir sobre avanços e retrocessos.

Para autores como Munanga (1999), a rejeição à identificação como negra poderia ser pensada como alienação, ou esquizofrenia, dos pardos (ALMEIDA DOS REIS, 2002). Como defendido por Souza (1983), o pardo que se conscientiza naturalmente se reconhece como negro. Sob esse entendimento, indivíduos que se identificam como pardos seriam negros sem consciência.

O ponto de conexão com o pensamento de Florestan Fernandes é justamente no que se refere ao empenho de privilégios de uns em detrimento de outros tantos, neste caso, estamos tratando dos privilégios do branco sobre o negro e, na compreensão de Munanga (1999), do pardo sobre o preto. O que fica em nosso imaginário é como podemos classificar como privilégio a disputa por misérias e condições desumanas, seja no que tange ao mundo de trabalho, seja no que se refere às condições socioeducacionais das quais ambos os grupos vivem as mesmas situações concretas.

Para estabelecer diálogos mais explícitos, foi que Munanga resolveu trazer à baila o mesmo debate de 1999, agora de maneira enxuta, objetiva e atrevemo-nos a dizer sem muitas brechas para ser interpretado de outras maneiras. Em sua obra atualizada, *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, de 2020, o autor lança-nos as seguintes provocações para pensar a respeito da identidade racial no Brasil.

A maior parte das populações afro-brasileiras vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o “passing” que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com negros indistigíveis. Estes por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forçados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidades coletivas. Tanto os mulatos quanto os negros “puros” caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todo acesso, abrindo mão da formação de sua identidade de “excluídos” (MUNANGA, 2020, p.89).

No trecho anterior do referido pesquisador, observamos certo aceno teórico para os dias atuais, com dilemas outros, diante do cenário realista que nos cerca referente à esfera

prática, uma vez que as disputas por narrativas têm avançado para além dos muros das universidades, em que se costumava estabelecer certas relações. Vivemos um momento de ascensão das produções de verdades e engajamentos identitários que vão aos poucos sugando para dentro dessas novas formas de estabelecer quem são os aceites, quem não.

Para compreender melhor sobre essa crise de consciência que estamos abordando, consideramos importante trazer as considerações de Menegat (2006, p. 256): “A socialização total é a impossibilidade da autoconsciência, determinada pela forma de ser da objetividade, na qual ela se reconhece – de retornar para si. O real se torna sistema do irracional.” Irracional aqui pode ser compreendido na maneira como pretos opõem-se a pardos, considerando que ambos são explorados pelo mesmo sistema que tem cor, classe e gênero.

Considerando essa ponderação podemos dizer que, por mais que os sujeitos de forma individualizada consigam criar discursos analíticos no que tange ao avanço de uma identidade, nesse caso, definida pela Negritude, por questões de acesso às condições sociais, educacionais enfim, por compartilhar as mesmas vivências que pretos nessa sociedade, é preciso que estes acolham como tal.

A situação que podemos trazer para debater e elucidar o que estamos discutindo ocorreu no ano de 2020, durante uma transmissão de live pela plataforma digital Facebook, do então deputado federal Marcelo Freixo no dia vinte e dois de julho de 2020 em que durante a entrevista com a filósofa Djamila Ribeiro, ela refere-se a uma militante que se compreende ou identifica, como Negra como “branquinha de turbante” e agora quando Munanga faz referência aos pardos como “negros disfarçáveis” que embora a busca por uma identidade negra tenha que partir do individual para o coletivo, ainda assim percebemos muitas contradições no que concerne ao acolhimento desse coletivo para com os indivíduos que conseguem avançar nessa tomada de consciência.

Enquanto sujeitos críticos e que compreendem suas limitações, são problemáticas tais afirmações de intelectuais cujas elaborações conceituais são da mesma lavra que defende a tomada de “consciência racial” ou identidade racial. É por esse motivo que recorremos novamente a Cooper, Brubaker (2018), para auxiliar nesse entendimento.

O problema é que a “identidade” é usada para designar tanto as autocompreensões fortemente grupalizadas, exclusivas e emocionalmente carregadas quanto autocompreensões mais soltas, mais abertas, que envolvem certo senso de afinidade ou afiliação, comunalidade ou conectividade para com alguns em particular, mas que carece de um sentido de unidade predominante perante um “outro” constitutivo. Tanto

as formas de autocompreensão mais fortemente grupistas quanto às de afiliação mais livre assim como as formas transicionais entre esses tipos polares são importantes, mas elas moldam a experiência pessoal e a condição da ação social e política em caminhos fortemente distintos (COOPER E BRUBACKER, 2018, p. 294, grifos do autor).

Tendo em vista os argumentos apresentados, podemos afirmar que em razão da complexidade, tanto das questões étnico-raciais, como das temáticas identitárias, são narrativas em constante construção, contudo um campo de pesquisa tenso e promissor com possibilidades de produzir contribuições relevantes para Ciências Humanas e Sociais.

Em sua tese de mestrado, Araújo (2020), ao realizar um estudo de caso em uma escola pública do Recife, traz algumas contribuições para esse trabalho e para as perguntas realizadas anteriormente. Ao lançar mão de dados coletados de estudantes do Ensino Básico e suas percepções no que se refere à auto-percepção racial, podemos observar que é crescente o número de estudantes que gostariam de mudar sua cor, de branca ou parda para preta

4 MAS AFINAL PARDO E NEGRO SÃO A MESMA COISA?

Inicialmente, precisamos admitir que o uso da categoria parda/o está em constante disputa ideológica e política. A depender de sua situação econômica, intelectual e política, pessoas assim classificadas podem ser percebidas ora mais próximas à categoria branca, ora mais próximas à categoria preta, de acordo com Fernandes (1972). Assim, consideramos importante discutir aspectos que permeiam essa categoria para que se faça possível compreender suas diferentes significações no mundo social e as disputas teórica, ideológica e política confrontadas e coadunadas com o passado, o presente e o futuro de um país que tem sua identidade nacional em aberto.

É importante reconhecer *a priori* que a construção do termo pardo é o resultado de processos históricos de colonização, escravidão, usurpação e submissão de corpos negros, que, assim como a população indígena, foram marcados pela expropriação, a violência tanto física quanto psicológica e marginalizados pelo projeto nação de sociedade.

Como bem frisou o autor:

[...] Esse passado do comportamento do mestiço na era colonial, talvez fruto de uma política de dividir para melhor dominar, ofereceria os primeiros elementos explicativos da desconstrução da solidariedade entre negros e “mulatos” que repercute até hoje no processo de formação da identidade coletiva de ambos (MUNANGA, 2020, p. 70).

Esses são aspectos constitutivos de mais de cinco séculos da formação social, política, econômica e cultural da sociedade brasileira. Embora já se fizesse o uso dessa categoria no Brasil desde a sua invasão colonial, os sentidos da categoria acompanham os diferentes momentos sócio-históricos e repercutem de maneira ambígua.

Ora o pardo foi associado a uma característica positiva, mais ligada ao processo de branqueamento, ora negativamente, principalmente, quando analisado pelo viés econômico, uma vez que possui relação direta com o mundo do trabalho. A exemplo da lei de 1808, que afastou os mestiços da propriedade da terra, além da existência de batalhões especiais de pardos e justiça específica para pardos.

É no sentido de situar a mestiçagem na posição chave na diversidade racial do país desde que se iniciou a debruçar sobre o processo da identidade nacional *pari passu* ao discurso do Movimento Social Negro, que também busca incluir os mestiços em sua identidade. Seguindo essa linha de pensamento do autor, esse discurso ressurgiu com força no debate sobre as políticas

afirmativas, seu uso do ponto de vista da ideologia dominante, bem como para o Movimento Social Negro é político e ideológico, assinala Munanga (2020).

O autor afirma que, no Brasil, nos deparamos com a classificação racial cromática, uma questão polêmica e objeto de críticas, que, no Movimento Social Negro, tem sido utilizada como protagonismo da construção de pretos e mestiços numa única categoria, daí a criação da categoria política negra.

Discutir e problematizar o uso dessas categorias no campo das Ciências Sociais projeta-nos a pensar na contribuição desta para o avanço ou não daquilo que estamos chamando de consciência racial desse contingente populacional pela qual é composta a maior parcela brasileira. Problematizar essas questões contribui para desnaturalizar as verdades preconcebidas proferidas sobre o pardo, na sociedade e no meio acadêmico.

É neste sentido que trazemos aqui a importância de assumir a responsabilidade com os diversos papéis que assumo ao longo de minha jornada, há momentos em que me assumo enquanto mulher, mãe que tem classe e, sobretudo, tem cor, que não é preta e, certamente, não é branca. Daí a importância novamente da reflexão dessas questões que nos parecem corriqueiras, para fazer aquilo que Netto e Carvalho (2011) chamam de suspender o cotidiano, para que, a partir daí, possamos avançar de forma consciente de maneira que possamos transformar essa cotidianidade. A exemplo disso, à própria consciência do ser, aqui cabe a auto-identificação racial, de gênero, de classe, de tal forma que isso possa influenciar também no meu cotidiano, nas minhas relações sociais.

Se, por um lado, as categorias pretas e pardas são agrupadas sob a categoria negra nos censos populacionais e em formulários institucionais, por outro, o que percebemos no cotidiano social é a diferenciação entre pretos e pardos, seja nas situações cotidianas, seja em posicionamentos do próprio movimento negro, que, em tese, deveria trabalhar para a unificação dessas duas grandes categorias que compreendem a formulação do conceito político negro. É nessa corda bamba em que ora o pardo é negro, ora o pardo é branco, que estamos nos propondo a ir além da simples constatação de que o pardo não sofre as mesmas discriminações que o preto retinto, entretanto não tem privilégios como o branco tem.

Atualmente, esse debate sobre as diferenças entre negro, pardo, mestiço e preto tem sido motivo de discussão nas mídias digitais, blogueiras como Livia Zaruty, apresentadora do

canal etnia brasileira⁴, Spartakus Santiago⁵ e outras ainda como Maristela Rosa e Natália Romualdo, apresentadoras do canal papo de preta⁶, colocaram-no em pauta. Estes, por sua vez, chegam de maneira ainda mais direta ao público pardo do que gostariam os profissionais da educação do campo das humanidades, principalmente pela crescente deslegitimação da presença nos currículos escolares.

De maneiras distintas, podemos observar o debate sobre a afirmação da cultura negra, embora fique latente a disputa entre pretos e pardos, percebemos o empenho de ambos em explicitar as principais diferenças entre esses três grandes grupos. Por outro lado, concordamos que reafirmar que mestiços e pardos sejam negados de assumir uma identidade negra, afasta-nos daquilo que Munanga (2020) chama de consciência racial.

Como seria possível a construção de uma identidade negra unificada que uniria esses três grandes grupos que são as que compõem a maior parcela da população brasileira se há investimentos ideológicos nessa separação? Para o autor,

[...] dependendo do degrau de branquitude que os caracterizam, brancos propriamente ditos que confirmam sua ascendência europeia, brancos brasileiros que teriam sofrido alguma mestiçagem com negros e indígenas embora apresentem um fenótipo europeu, os chamados morenos, sararás, entre outros, eles/elas participam desigualmente da distribuição das vantagens e privilégios que a brancura lhes oferece na sociedade. Alguns recebem mais e outros menos, de acordo com a intensidade da brancura ou da variabilidade de tons da cor branca e de outras características morfológicas que acompanham a cor. Isso mostra que o colorismo, enquanto espécie de ideologia que distribui as vantagens de acordo com a cor da pele, existe também entre os participantes da branquitude, como existe entre os participantes da negritude (MUNANGA, 2020, p. 132).

Situações como essa são recorrentes em nossa sociedade, embora aconteça ainda de forma tão naturalizada que não tenhamos estranhado até os dias de hoje. Mas quando, precisamente, ser chamada de “clarinha”, passou a soar como ofensa? A partir do momento em que se declarar como negra/o virou motivo de orgulho, a partir do momento em que o negro no Brasil virou capa de revista e passou a estar nos holofotes ou, em uma leitura mais marxista, a partir do momento em que o mercado capitalista passou a incorporar essa população no catálogo dos mais vendidos.

Para que fique lúcido o exemplo que estamos nos referindo que envolve a discussão

⁴ Disponível em : <https://www.youtube.com/c/EtniabrasileiraBr> Acesso em: 05 mar. 2022.

⁵ Disponível em : <https://www.youtube.com/c/spartakus> Acesso em: 05 mar. 2022.

⁶ Disponível em : <https://www.youtube.com/c/PapodePreta> Acesso em: 05 mar. 2022.

que gira em torno do que poderia ser ofensa e o que poderia ser considerado orgulho identitário negro, trazemos para o debate a situação ocorrida em rede nacional ainda no ano de 2020 sobre a polêmica fala da ativista do movimento negro e filósofa, Djamila Ribeiro, em uma entrevista live ao deputado Marcelo Freixo no dia vinte e dois de julho de 2020 às 18h⁷ em seu canal do Facebook, em que a filósofa chama a militante de esquerda marxista, que também é ativista negra de “garota clarinha de turbante”.

Estamos considerando que a “garota clarinha de turbante” é uma mestiça, parda e tem uma posição política e ideológica que lhe permite dizer-se negra, uma vez que esta vivencia momentos de opressão, invisibilidade e racismo, seja por sua cor de pele, seja por seus traços fenotípicos.

⁷ Para saber mais sobre a situação relatada recomendamos o acesso direto a live do Deputado Federal Marcelo Freixo em entrevista com Djamila Ribeiro no dia 22/06/2020 às 18:00. Disponível em: <https://facebook.com/MarceloFreixoPsol/videos/213894203275531/> Acesso em: set. 2021.

5 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA REVISTA CADERNOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.

Iniciaremos o debate, neste ponto, recapitulando alguns avanços e retrocessos que se tornaram constantes na história da consolidação da disciplina de Sociologia no Brasil. De acordo com a ênfase realizada por Bodart, Cigales e Brunetta (2019), a trajetória da disciplina é marcadamente reconhecida pela dificuldade de manter-se institucionalizada no currículo do Ensino Médio.

Ao contrário do que pensa o senso comum, a disciplina de Sociologia é anterior à criação de Cursos de Graduação de Ciências Sociais no Brasil. Conforme menciona Meucci (2015) foi através do Decreto de Lei N° 16.782 de 1925 que a Sociologia passou a fazer parte do currículo básico do Colégio Federal Pedro II. Somente em 1933, o primeiro Curso de Ensino Superior de Sociologia surgiu na Escola Paulista de Sociologia e, três anos mais tarde, os cursos dessa natureza passaram a ser reconhecidos como constituintes das Ciências Sociais.

Não podemos esquecer que a institucionalização da disciplina de Sociologia surgiu de reivindicações de uma elite brasileira lembrada pela autora, que se encontrava preocupada em desvendar o funcionamento das formas “antiliberais”. Justamente esse carácter reivindicatório das elites diversas que faz com que a Sociologia viesse a ser alvo fácil diante de modificações na esfera política partidária.

As variações ocorridas no cenário político têm refletido historicamente de maneira incisiva seja de forma direta ou indireta, positiva ou negativa, para que novas ações práticas educacionais na Sociologia possam ser implementadas e creditadas. Uma delas é a abertura para que profissionais de outras disciplinas que compõem o campo das humanidades possam assumir o ensino da disciplina.

No que se refere à questão de instabilidade, não muito longe na história do país, mais precisamente entre os anos de 2008 e 2016, vivemos anos de inconstância, quando, em 2006, o parecer 38 do Conselho Nacional de Educação pontuou que o discurso da obrigatoriedade da disciplina é legitimado. Em 2008, com a Lei 11.684/08 a obrigatoriedade foi novamente reinstituída. Entretanto, novamente com o clima político em efervescência e o golpe sofrido retrocedemos novamente e com a Medida Provisória 746/ 2016 que normatizava a chamada Reforma do Ensino Médio houve a retirada da disciplina como sendo obrigatória para o

ensino da Sociologia no ensino básico nacional.

É nesse interregno que a disciplina de Ciências Sociais adentra e faz-se tão necessária quanto a Instituição que foi criada com a finalidade de expandir os lastros ou lançar seus rizomas o quão mais longe possa ir no que se refere à formação de professores, o ensino de Sociologia e as produções na área. A Associação Brasileira de Ensino de Sociologia criada surge, portanto, dessa necessidade de afirmação da importância da disciplina, assim como sua visibilidade Brasil afora.

A Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – ABECS passou a operar de forma concreta no ano de 2012 com o objetivo central de criar pontes entre discussões acadêmicas e a vida real, concreta, a cotidianidade vivenciada por professores do ensino básico. Além de ser, conforme Bodart e Pereira (2017, p.3), “uma necessidade histórica de nossa área, pois nos faltava uma entidade que tivesse como foco a docência na área de Ciências Sociais em todos os níveis”.

Voltada prioritariamente à defesa e qualificação da disciplina de Sociologia (representativa da área de Ciências Sociais) na Educação Básica, a ABECS também pretende promover discussões acerca da formação inicial e continuada de professores (as) de Sociologia, bem como ser um mecanismo de aproximação da Universidade com as Escolas. Além disso, a entidade se reconhece como um canal político e, por isso, se mobiliza em assuntos relativos a concursos públicos, promove diálogo com prefeituras e governos estaduais, bem como com Conselhos de Educação. A entidade esteve envolvida com o atual processo de “Reforma do Ensino Médio” buscando pressionar o Governo Federal e o Congresso Nacional contra o retrocesso de exclusão curricular da disciplina de Sociologia (BODART, PEREIRA, 2017, p. 4).

A escolha por analisar os Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – CABECS parte, primeiramente, em dar visibilidade às produções do campo das Ciências Sociais no que diz respeito à sua relação com as relações étnico-raciais e, posteriormente, para reafirmar a importância desse espaço tanto para o Ensino de Ciências Sociais quanto para quem está envolvido nesse processo de construção do conhecimento.

A sequência deste trabalho leva em consideração a fundamentação teórica até aqui apresentada e a análise realizada a partir dos referidos Cadernos. Considerando nossa temática importante, buscamos evidenciar as produções que têm aproximações e relações estabelecidas ou não entre as Produções de Sociologia e a formação de uma consciência racial.

Tendo presente este mirante, apontamos o caminho metodológico da revisão bibliográfica, nos meandros da abordagem qualitativa, que articula estratégia de pesquisa

baseado no estado do conhecimento utilizando como base os Cadernos da ABECS das edições dos anos de 2017 a 2021. De acordo com Morosini e Fernandes (2014, p.155) apud Souza, Ribeiro, Pereira (2021, p. 16), [...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Com vistas a atingir nosso objetivo nesta pesquisa, delimitamos a técnica de análise supracitada, com o intuito de organizar e sistematizar as informações sobre a temática em discussão, as escolhas de categorias serão discutidas a seguir. *A priori*, nomeamos seis categorias as quais acreditamos serem platôs de discussões centrais para aquilo que compreendemos como consciência racial, sendo elas: identidade racial, identidade parda, negritude, mestiço, nacionalidade e consciência racial.

Apoiamo-nos em Bardin (2016, p. 53) para a escolha das palavras-chave, considerando que cada palavra selecionada está articulada diretamente a outras palavras, é o que a autora chama de aproximação semântica. A escolha dessas palavras, por sua vez, nos permitirá afirmar ou negar a importância das produções nos cadernos escolhidos como fonte de conhecimento organizado passível de uso para aquilo que chamamos de consciência racial.

De antemão, faz-se importante lembrar que apesar de a Associação ter sido criada no ano de 2012, somente no ano de 2017, o Caderno da ABECS ganhou sua primeira edição digital, que foi organizada em uma apresentação, 11 artigos, dois relatos de experiência e uma entrevista.

A todo o momento, somos desafiados pela vida a responder questões subjetivas e objetivas no dia a dia, com esta pesquisa, não é diferente, o material físico para leituras insuficientes, a necessidade de dialogar com outros colegas e docentes sobre a temática, como articular os cadernos da ABECS com o tema da pesquisa? Que roteiro pode responder melhor os objetivos propostos? Que tempo ainda tenho para realizar o trabalho? Vou conseguir garantir os prazos para apresentação final do TCC no ano de 2022? Essas indagações que perturbam nossos pensamentos, desinquietam nossa concentração para leitura e escrita, por ora, ficamos desprovidos de ânimo e coragem, não resta outra saída se não desistir a dois passos do ciclo de encerramento dessa trajetória acadêmica.

Num primeiro momento, pensamos em buscar por conceitos, palavras-chave que

dessem conta da temática racial de forma direta, para isso, selecionamos as categorias: “identidade parda” e “identidade racial”, as quais foram utilizadas para realizar a busca na primeira edição do primeiro volume dos Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Sociologia, lançada de maneira digital no ano de 2017.

Nossa busca pelas palavras-chave deu-se através da utilização do comando de pesquisa (Ctrl + F) sendo consideradas apenas as palavras que apareceram ao longo do corpo do texto, ou seja, não se refere ao total geral de vezes que aparecem no Caderno. No primeiro volume, que abrange as duas edições, 1º de Janeiro a Junho e a 2º de Julho a Dezembro de 2017, contou com a publicação de duas (02) apresentações, duas (02) entrevistas, quatro (04) relatos de experiência, duas (02) entrevista e quinze (15) artigos distribuídos em 389 páginas.

Conforme a presença dessas palavras não foi sendo observada nas edições que seguiram, sentimos a necessidade de ampliar nosso leque ou, nas palavras de Deleuze e Gatarri (1995), quando se referem ao terceiro princípio de um rizoma, que é justamente a capacidade de multiplicidade, de alastramento do platô, neste caso, nossos conceitos radicais, identidade parda e identidade racial guiam-nos como platôs, e as demais palavras escolhidas como rizomas, uma vez que estes são como hastes, que nos auxiliaram buscar, enxergar através de seus lastros em lugares, temas em que esses radicais não aparecem de maneira direta.

Dessa maneira, escolhemos mais sete palavras-chave que nos serviram de rizomas, que foram responsáveis por nos guiar em nossa busca por trabalhos que pudessem apontar para caminhos que dialogassem sobre a formação de uma identidade racial parda ou que dialogassem com a construção de uma consciência racial. Entretanto, esses rizomas, conceitos alastrados de nossas palavras-chave, não negam sua ligação com suas raízes, ao mesmo tempo em que se tornam ou ao menos aparentam ser independentes, levam-nos a caminhos diversos e plurais.

As palavras rizomáticas, conforme optamos em chamar os conceitos para realizar a busca nos CABECS, foram as seguintes: Consciência Racial, Mestiço, Pardo, Negritude, Nacionalidade, Identidade, Consciência. No primeiro volume de janeiro a junho de 2017, apenas os rizomas identidade apareceu vinte e duas (22) vezes e consciência apareceu vinte e uma (21) vezes. Destes, nenhum faz menção ao processo de tomada de consciência racial, ou que pudesse contribuir para o debate racial, identitário ou mesmo desmistificação da democracia racial.

Já na segunda edição de Julho a Dezembro, apareceram seis (06) vezes os rizomas identidade e consciência. Destas, foi possível observar a presença de temáticas que giravam em torno do ensino de Sociologia e a atuação da disciplina para a formação de uma consciência crítica nos estudantes de Ensino médio. Entretanto, no que se referisse ao tema racial, não foi possível ver articulações textuais.

O 2º volume da CABECS abrange duas edições anuais, de 1º de Janeiro a Junho e de Julho a Dezembro, publicadas no ano de 2018, que contaram com 307 páginas, distribuídas em duas (02) apresentações, duas (02) entrevistas, quatro (04) relatos de experiência e onze (11) artigos. Destas, os rizomas presentes que foram identificados pelo buscador foram: Nacionalidade, que apareceu três (3), identidade registrada vinte e quatro (24) e consciência, vinte e duas (22) vezes.

O Caderno do ano de 2019 contou com duas (02) edições sendo a 1ª de Janeiro a Junho e a 2ª de Julho a Dezembro daquele ano. Foram 254 páginas pesquisadas sendo distribuídas em duas (02) edições, duas (02) apresentações, dois (02) relatos, sete (07) artigos, duas (02) entrevistas e uma (01) resenha. Neste caso, o rizoma pardo aparece pela primeira vez, ainda que de forma tímida.

Foi somente no Caderno de ano 2020, na segunda edição, de Julho a Dezembro de 2020 que o rizoma identidade racial aparece, ainda que de forma incipiente, sendo localizado apenas uma (01) vez. Já os rizomas identidade foram observados com solidez na aparição, sendo notados trinta e seis (36) vezes e, destas, treze (13) vezes na 1ª edição, de Janeiro de 2020 a Junho de 2020, e vinte e três (23) vezes na segunda; o rizoma consciência, por sua vez, aparece oito vezes (08) na primeira edição e dez (10) vezes na segunda edição do ano 2020.

O volume de nº 5 lançado de Janeiro a Junho de 2021 finaliza o nosso trabalho primeiro, de observação da frequência com que nossos rizomas apareceram nos trabalhos até então analisados, sendo que, nesse volume, foi percebido apenas o rizoma identidade num total de três (03) vezes, os demais rizomas selecionados não constam. Conforme podemos observar no quadro que segue:

Tabela 1- Presença dos rizomas selecionados nos Cadernos da ABECS de 2017 a 2021.

Cadernos Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais									
Ano de Publicação	2017		2018		2019		2020		2021
	Volume 1.		Volume 2.		Volume 3.		Volume 4.		Volume 5.
Categoria	Nº 1	Nº2	Nº1	Nº2	Nº1	Nº2	Nº1	Nº2	Nº1
Consciência Racial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Identidade Racial	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Identidade Parda	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mestiço	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pardo	0	0	0	0	1	0	3	0	0
Negritude	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nacionalidade	0	0	0	3	0	0	0	0	0
Identidade	22	6	8	16	10	16	13	23	3
Consciência	21	6	2	20	2	5	8	10	0

Fonte: Autora, 2022.

Na tabela anterior, é possível observar o número de vezes que os rizomas escolhidos para mapearem a quantidade de vezes que as discussões que possam vir a discutir as relações raciais e, por conseguinte, o debate da construção de uma identidade parda ou consciência racial estejam presentes no corpo textual de cada caderno de cada volume. Os números que constam na coluna nomeada número correspondem ao número de vezes presentes em cada número do CABCES seja

número um (1) de Janeiro a Junho ou número dois (2) de Julho a Dezembro.

Sendo assim, identificamos que, no caderno de nº um (01) do Volume dois (2), por exemplo, o rizoma consciência aparece seis (06) vezes, já no caderno de nº dois (02), ele é observado vinte (20) vezes e assim por diante.

5.1 CONTRIBUIÇÕES DOS CABECS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PARDA

A pesquisa sobre a temática que envolve questões raciais é tema recorrente em nossa vivência, seja em casa, nos espaços coletivos, institucionais etc., seja em sala de aula, seja na própria cotidianidade. Netto e Carvalho (2011) afirmam que o cotidiano é o ritmo de todos os dias e que raras são as pessoas que não se deixam absorver por ele. Certamente, nesse cotidiano, somos e estamos permeados de papéis sociais.

É neste sentido que sentimos a necessidade de nos colocarmos enquanto sujeitos, atuantes, partícipes desse processo de produção, sendo assim, assumindo a responsabilidade com os diversos papéis que assumimos ao longo de nossa jornada, em que, primeiro, somos filhos, netos, estudantes por algum tempo de nossa vivência, passamos a assumir os papéis de mães, tias, professoras e assim por diante. Daí a importância novamente da reflexão dessas questões que nos parecem corriqueiras, para fazer aquilo que Netto e Carvalho (2011) chamam de suspender o cotidiano, para que a partir de então possamos avançar de forma consciente de maneira que seja possível transformar essa cotidianidade. A exemplo disso, a própria consciência do ser, aqui cabe a auto-identificação racial, de gênero, de classe, de tal forma que isso possa influenciar também no meu cotidiano, nas minhas relações sociais.

Foi pensando nisso que nossa escolha deu-se em analisar os cadernos da revista da ABECS, uma vez que são um espaço de divulgação das principais temáticas que os profissionais da Sociologia estão debatendo em suas “cotidianidades” com os estudantes que se encontram no momento mais importante de suas vidas, a metamorfose, a passagem da infância para a adolescência e desta para a fase adulta. Concordamos com as palavras de Hall no que concerne ao processo de construção de uma identidade, ademais, da importância dos espaços formativos, sejam eles institucionais ou não.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela

permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada". As partes "femininas" do eu masculino, por exemplo, que são negadas, permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em muitas formas não reconhecidas, na vida adulta. Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2006, p. 10).

Num primeiro momento, a ausência das discussões sobre a temática racial em sala de aula foi-nos apresentada como sendo uma lacuna, um limitador para a realização deste trabalho, entretanto, percebemos que esta é justamente, nos dizeres populares, a “nossa cereja do bolo”. E levou-nos a outras perguntas mais profundas.

Sentimos a necessidade de questionar-nos se a temática sobre a identidade racial não seria interessante e o trabalho de *Ana Amélia de Paula Laborne e Simone Maria dos Santos* no 1º Volume, nº um (01) do ano de 2017 com o artigo intitulado *Ensino de Sociologia e Formação Docente: a contribuição da Sociologia para a implementação da Lei nº 10.639/2003* apontou-nos para alguns caminhos. A exemplo disso é a percepção da importância de implementação de uma lei que obriga a inserção do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo do Ensino Básico.

Discussões desse âmbito contribuem para a compreensão da formação identitária e, conseqüentemente, auxiliam para o caminho do que estamos chamando aqui de consciência racial, uma vez que acreditamos que a tomada de consciência é um processo lento e dialético, ora avança, ora retrocede, embora sejam necessárias informações e formações para que esse processo ocorra.

Nesse sentido, procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem, gerando novas, que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando, aparentemente, as formas que abandonou (IASI, 2011, p. 12-13).

Nossos rizomas levam-nos a perceber que, de maneira indireta, essa é uma temática que poderia ser mais explorada. Das setenta e quatro (74) vezes que o rizoma consciência aparece em corpo textual nas edições desde 2017 até a primeira edição do 5º volume 2021, podemos

verificar que se divide em algumas áreas diferentes da que estamos tratando neste trabalho.

Uma dessas áreas é a educação, conforme podemos analisar no artigo de **Marcelo Cigales e Inaê Iabel Barbosa** intitulado *Educação, Crítica Decolonial e Ensino De Ciências Sociais: Entrevista Com Adelia Miglievich-Ribeiro* publicado no segundo volume 2018 de nº dois (02) da CABECS, em que nosso rizoma aparece da seguinte maneira: “Descolonizar o ensino é confrontar o conhecimento que se pretende único em sua coerência e potencial explicativo de experiências que são necessariamente múltiplas e distintas. Precisaremos de professores com este grau de consciência”.

Outro ponto em que identificamos esse rizoma no campo da educação foi no artigo publicado no CABECS de nº2, Volume quatro (4) de 2020 por **Cristiano das Neves Bodart** intitulado *O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DA BNCC: esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e as intencionalidades educativas na e para além das competências* da seguinte forma; “As dimensões aqui apresentadas nos possibilitam ampliar nossa consciência ao traçar nossos objetivos educacionais e as intencionalidades educativas.”

No que se refere à percepção do rizoma identidade, das cento e dezessete (117) vezes em que foi observado, em nossos nove (09) cadernos analisados desde 2017, este tem tido um direcionamento á formação da identidade de jovens, formação de professores e mesmo no âmbito cultural, assim como nas discussões raciais.

Percebemos a gama de variações em que a categoria identidade pode estar interligada, sendo assim não podemos deixar de notar que falar de identidade é sempre algo complexo e desafiador. No trabalho de **Juliane Bertuzzi** intitulado *Juventude e educação: problematizando a complexidade da escola no tempo presente*, publicado no caderno de nº 1, primeiro volume de 2017, ela analisa a identidade jovem na sociedade capitalista. O rizoma identidade aparece dessa maneira: “a identidade cultural do aluno e a importância deste de se releva em sua individualidade, tendo como preceito básico que ele é um ser social munido de historicidade, sendo que não há uma homogeneidade desses “eus” dentro de uma sala de aula”.

Já na publicação do caderno de nº2 Volume três (03) de 2019 em um trabalho de entrevista, a autora **Josefa Alexandrina Silva** discute a perspectiva cultural antropológica e a construção da identidade indígena, sob o título *A Perspectiva Ameríndia No Ensino Das Ciências Sociais: Entrevista Com O Professor Emerson Souza* - “Como aluno indígena,

percebia que minha identidade era uma questão que não se levava em conta. Muito pelo contrário, estava postulado em todas as disciplinas escolares um conjunto de saberes que desqualificavam a cultura e a luta indígena”.

Ao analisarmos a aparição do rizoma pardo em quatro (04) vezes no decorrer dos nove (09) números da CABECS, percebemos que este aparece três (03) vezes no artigo; *Quem são os professores de Sociologia de Pernambuco? Uma caracterização a partir do censo escolar de 2019* de autoria de *Artur Santos de Souza Silva*. Este trabalho de carácter exploratório sobre a raça e gênero de professores é um dos trabalhos que mais tem aproximação com a discussão de nosso tema embora o foco seja totalmente diferenciado, assim como a metodologia adotada.

A assiduidade em que este rizoma aparece é da seguinte maneira:

- “As distribuições regionais e estaduais mostram uma maioria negra (pretos e pardos) dos docentes de Sociologia, pouco mais de 25%”;
- “não há uma supremacia de brancos, mas também não há uma representação proporcional de pretos e pardos” se comparados com composição racial da população em geral”;
- “pessoas negras (somados pretos e pardos), embora essa maioria não seja condizente com a composição racial da população em geral, que ultrapassa os 50%. Além disso, percebemos um alto percentual de não declarações quanto a raça/cor”.

No Caderno de Volume dois (02) 2018 n° 2º artigo em que o rizoma nacionalidade aparece três vezes é o seguinte: Mapeando velhos interesses sobre a educação escolar através da história da disciplina sociologia: Dos pareceres de Rui Barbosa (1882-83) À Reforma Capanema, de autoria de Renan De Oliveira Rodrigues. Neste artigo, o autor faz uma retomada histórica e conceitual sobre a presença da Sociologia no currículo e a formação de nosso Estado- Nação.

Dessa maneira, observamos o rizoma nacionalidade nas seguintes colocações: “os autores pioneiros dos manuais entendiam que a Sociologia era uma disciplina que permitia o registro da nacionalidade”. “Ainda valiam os ideais da Revolução de 1930, da construção da nacionalidade e da valorização da brasilidade”.

Por fim, o rizoma nacionalidade manifesta-se assim: “Outro motivo da intervenção do exército na política educacional era o de se construir barreiras eficazes contra a propagação de

ideologias consideradas perigosas à nacionalidade” (BOMENY,1999).

Nosso platô, conforme estamos nos propondo a chamar nosso conceito central, que tem nos mostrado ser potente o suficiente para ser ramificado e dar vida aos nossos rizomas é a categoria de identidade racial. Este foi observado apenas uma (01) vez no Caderno de nº dois (02) Volume 4, dos nove (09) cadernos analisados desde 2017 até 2021 e está no artigo de autoria de *Ana Beatriz Maia Neves* cujo título é *Sociologia do ensino de sociologia na educação básica: reflexões de uma discente da 1ª turma do PROFSOCIO UNESP⁸ Marília* em que o rizoma aparece em uma discussão sobre possibilidades da prática docente da disciplina de Sociologia em sala de aula na educação básica.

Apesar de parecer descolado da discussão racial, este trabalho vai ao encontro das nossas discussões de maneira sutil e inebriante, uma vez que se propôs a refletir sobre a experiência da autora em seu processo formativo. As preocupações apontadas em seu trabalho sobre as possibilidades que o Ensino das Ciências Sociais pode alcançar soma-se a nossa perspectiva de enriquecer as discussões em sala de aula com temáticas diversas, inclusive, a racial, da qual estamos tratando.

[...]Por meio da indissociabilidade entre teorias, das quais nos aproximamos de Ernest Ficher (FICHER, 1971), que propunha a discussão da arte como conhecimento, elaborei em conjunto com a colega de turma Danielle Marreira Dantas e da professora da rede municipal do Rio de Janeiro, Patricia G. Oliveira Rodrigues, um trabalho de análise do filme *Como faz para lavar*, de Charles Pereira e Hiago de Freitas, aliando-o à discussão sobre o direito à identidade racial e o combate ao racismo. [...] (NEVES, 2020, p. 67).

Vários trabalhos que foram publicados nos volumes da CABECS poderiam ser citados aqui por suas preocupações com o ensino das Ciências Sociais e sua relação para formação de uma consciência política, crítica e social. Entretanto, observamos uma lenta caminhada em direção ao debate racial e mais lenta ainda no que tange à construção de uma identidade parda, o que nos limita a chegar na tão sonhada consciência racial.

Estamos considerando o quão é difícil tocar em discussões raciais, uma vez que, já de longa data, os embates e contradições no que se refere às pautas identitárias vêm sendo travados. Embora seja de suma importância a publicação de trabalhos que estejam discutindo

⁸ Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional

experiências, pesquisas, relatos que possam vir a somar na compressão da importância da auto-declaração parda tanto quanto o declarar-se preto, pensando aqui na construção da negritude que, em tese, seria o ápice da consciência racial.

Fica aqui o nosso desejo de que temáticas com foco nas discussões raciais e a formação de identidade racial possam estar em consonância com o ensino das Ciências Sociais em sala de aula na educação básica e que seja uma realidade presente para as próximas publicações na revista dos CABECS.

Acreditamos na potencialidade da disciplina para aguçar o debate racial e fortalecer os vínculos de estudantes pardos para a valorização de sua cor parda. Para nós, mais importante que se autodeclararem negros, é a sua autovalorização enquanto sujeitos partícipes das decisões sociais, culturais, políticas e econômicas em nossa sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa trajetória a qual nos desafiamos recapitular alguns dos principais debates que circundam a formação desse sujeito que ora é branco, ora é preto, na sociedade brasileira, assim como o desafio de observar, analisar e apontar algumas lacunas no que tange às produções da área de relações étnico-raciais atrelada ao Ensino de Ciências Sociais nas produções acadêmicas, podemos dizer que o caminho que se apresenta é longo e desafiador.

Nossa experiência formativa apresentou-se de forma mais ampla que a construção do presente trabalho, porém, foi mais difícil e desafiador delimitar a temática desta pesquisa. Travamos uma batalha diária com as necessidades inerentes ao ser humano: trabalho, social, político, educacional e deparamo-nos com espaços na sociedade acentuados por contradições, confrontos de pensamentos, desentendimentos e compreensões.

Tais situações motivam-nos, mas também nos desanimam, fazem desenvolver novos pensamentos, mas também nos resignar. No entanto, o tornar-se uma cientista social, pesquisadora é também enfrentar os medos, as angústias e combater o imediatismo que embaralha o que já sabemos e conhecemos. Quando o iniciante na pesquisa consegue organizar seu momento para pensar, refletir e escrever, ele adquire confiança e segurança, mas quando nos damos conta que não estamos sozinhos, seguimos em frente e nos encantamos permanentemente com as descobertas, os aprendizados e o processo de construção do conhecimento.

É dessa forma que temos a consciência que este trabalho não se esgota aqui, mas que é apenas o início de uma caminhada. Adentrar nos temas raciais em um país racista, em momentos tão difíceis como o que estamos vivenciando, é, para além de desafiador, uma necessidade que se coloca enquanto futuros docentes das áreas de Ciências Sociais atuantes no Ensino Básico se quisermos aglutinar forças para superar as dicotomias vivenciadas em nosso cotidiano nesse terreno.

Este trabalho teve a ousadia de apontar algumas limitações no âmbito da valorização das produções acadêmicas que discutam a temática das relações raciais, da importância de se auto-perceber sujeito pardo para a construção de uma identidade parda e *a posteriori* identidade negra independente de seguir uma sequência linear. Acreditamos que o importante desse movimento é o diálogo, o caminho que está em constante modificação, uma vez que

aceitamos que somos diversos e plurais.

O aporte teórico do qual lançamos mão nesse pequeno exercício de compreensão histórica já foi tema de muitos intelectuais das áreas das Ciências Sociais, esperamos que esse tema, assim como a sua relevância, possa fecundar também no Ensino de Ciências Sociais e que discussões sobre identidade racial, dilemas de ser fruto de relações interraciais possam ser desenvolvidas em salas de aula e possam vir a auxiliar no debate com rigor científico na academia.

É importante frisar que não temos a pretensão com esta breve elaboração de criar nenhum tipo de atrito com as populações que se autodeclaram pretas, tampouco com aquelas que já conseguiram alcançar o nível de consciência pelo qual possam estabelecer a importância da identidade política na nossa sociedade. Entretanto, acreditamos que o reconhecimento desse grupo que alguns teóricos categorizam como limbo, seja um dos fios que possam dar sustentação futura ao debate identitário.

Concordamos com Munanga (2021), que as populações pardas são hoje um grupo privilegiado por conseguirem transitar por entre a população branca, ao passo que também tecemos a crítica no sentido de responsabilidades desse grupo pela sua compreensão teórica, mas que deixa a desejar em suas ações políticas em si, quando acirram as contradições e conflitos entre pretos retintos e pardos sem apresentar a raiz dos problemas reais e históricos da formação social de nosso país. Não acreditamos que este seja o caminho.

Consideramos que o caminho se faz em consonância com pessoas comprometidas, conscientes da importância de acolher essa grande parcela da população que hoje compõe cerca de 50% da população brasileira, segundo dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, entre os anos de 2012 a 2019 publicada no ano de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e chega a mais de 54% se somados à população autodeclarada preta.

Estamos, com isso, tentando argumentar o quão é conveniente para governos e o próprio capital estrangeiro que essas populações continuem separadas, distantes, e o quão o discurso de separação da população parda da categoria negra pode ser conveniente para diversos setores da sociedade civil organizada, seja ela privada ou pública. Ao contrário do que acreditamos, estes aproveitam de nossas fraquezas para nos enfraquecer porque sabem o quão poderoso pode ser um grupo que, além de ser maioria, tem a consciência de

pertencimento e o engajamento, de modo que pode ser perigoso para quem está no poder.

A indicação dos pressupostos teóricos e da perspectiva que defendemos neste trabalho sugere ampliar o conjunto de questões pertinentes a área da Ciências Sociais. Destacamos dois aspectos do contexto atual do país para enfatizar a importância de aprofundar a temática. O primeiro aspecto é o próprio cenário econômico e social o qual aumenta a cada dia os números de pessoas miseráveis, principalmente negros e pardos, o segundo aspecto exige o pensamento de uma sociedade em que as relações democráticas e as condições para crítica social sejam indispensáveis para melhoria de vida da população na sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.W.B. As Ciências Sociais e seu compromisso com a verdade e com a justiça. **Mediações Londrina** v. 20 n 1, p.260 – 284, Jan/Jun. 2015. Disponível em: DOI:10.5433/2176-6665.2015v20n1p260 Acesso em: 10 mar. 2022.
- ARAÚJO, J. F. **Ensino de sociologia e autopercepção racial: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado) - Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – Prof.Socio, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585562/2/Fundaj_Juliana_Tenorio_dissertacao_2020.pdf Acesso em: 05 mai. 2022.
- BALIBAR, E. WALLERSTEIN, I. **Raça, nação, classe: as identidades ambíguas**. 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.
- BODART, C. N. CIGALES, M. BRUNETTA, A. A. **A pesquisa sobre a história do ensino de sociologia no brasil. In: Rumos da Sociologia na educação básica: ENESEB2017, Reformas, Resistências e Experiências de Ensino**. Porto Alegre. Cirkula, 2019.
- BODART, C. N. PEREIRA, T. I. Breve balanço do subcampo “ensino de Ciências Sociais” no Brasil e o papel da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – ABECS. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais** | Vol.1, n°.1 | p. 01-10 | Jan./Jun. 2017.
- CAMPOS, L. A. O pardo como dilema político. **Insight Inteligência**, n. 62, p. 80-91, 2013. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/o-pardo-como-dilema-politico/> Acesso em: 02 set. 2019
- CAVALCANTI, M. L.V. Preconceito de marca: etnografia e relações raciais. **Tempo social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(1): 97-110**, maio de 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/mRnm7yxfkDb7JKTnnPqXLDp/?lang=pt>> Acesso em: 20maio 2022.
- COOPER, F. BRUBAKER, R. Para além da identidade. **Revista Antropológica n° 45, Niterói, 2 sem. 2018**. Disponível em: https://www.academia.edu/49249264/Para_al%C3%A9m_da_identidade_ Acesso em: 20.out. 2019
- COSTA, J. C. de C. Sílvia Romero e a “idéia das três raças”: uma hermenêutica do nacional a partir da categoria miscigenação. **Revista Cronos, [S. l.], v. 7, n. 1, 2013**. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3193>. Acesso em: 27 jun. 2022.

COSTA, R. G. Mestiçagem, racialização e gênero. **Sociologias, Porto Alegre, n. 21, p. 94-120, 2009**. Disponível em: https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-45222009000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 02 out. 2019.

COSTA, S. A mestiçagem e seus contrários - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(1): p. 143-158, maio de 2001**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702001000100010>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

COSTA, S. A construção sociológica da raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos. 2002, v. 24, n. 1, 2021, p. 35-61**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000100003>> Acesso em: 05 fev. 2020.

CUNHA, M. C. 19. “**Cultura**” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. pp. 331-374 In.Cultura com aspas. Cosacnaify, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/16490691/cultura_com_aspas_Manuela_Carneiro Acesso em: 05 abr. 2021.

DAFLON, V. T.; CARVALHAES, F.; FERES JUNIOR, J. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. **Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 293-330, 2017**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582017121> Acesso em: 15 abr. 2022.

DELEUZE, G. GATARRI, F. **Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia**. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. ed. 34 – São Paulo, 1995.

FERNANDES, F. **O negro no Mundo dos Brancos – Corpo e alma do Brasil**. Difusão Europeia do Livro. Novembro 1972.

FREYRE, G. C. – **Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil I: Grande e Senzala**. 1º volume 5º ed. Rio de Janeiro: José Olympio 1946.

GOLBERG, M. **A arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** – 8. ed. – Rio de Janeiro: Record 2004.

GOMES, L. F. E. **Ser Pardo O limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade**. Vol 05, N. 01 - Jan. - Mar., 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338930223_Ser_Pardo_o_limbo_identitario-racial_brasileiro_e_a_reivindicacao_da_identidade Acesso em: 19 mar. 2021

GORENDER, J. **Escravidão colonial**. – 6 ed. São Paulo: Expressão Popular Perseu Abramo, 2016.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. – Rio de Janeiro: Petrópolis. Vozes,2010.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: versão digital 2006.

Live do Deputado Federal Marcelo Freixo em entrevista com Djamilia Ribeiro no dia 22/06/2020 às 18h00min. Disponível em:
<https://facebook.com/MarceloFreixoPsol/videos/213894203275531/> Acesso em: 10 nov.2020.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MBEMBE, A. “O poço da alucinação” [excerto]. In: **Crítica da razão negra**. São Paulo. 1. ed. Antígona 2014, p. 75-91. Disponível em:
https://www.academia.edu/32104066/Critica_da_raz%C3%A3o_negra_Achille_Mbembe_e_o_devir_negro_da_filosofia Acesso em: 10.nov. 2019

MENEGAT, M. **O Olho da Barbárie**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MEUCCI, S. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais**. Unisinos: São Leopoldo, Vol. 51, N. 3, p. 251-260, setembro/dezembro 2015.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. ver.; 2. reimp. – Belo Horizonte Autêntica, 2020 (coleção cultura negra e identidades).

MUNANGA, K. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ**, 05/11/03 Disponível em:<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> Acesso em: 08 dez. 2019.

MUNANGA, K. **Usos e Sentidos**. Editora Ática. Série Princípios. 2. ed - 1988.

MUNANGA, K. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. – São Paulo: Global, 2016.

NETTO, J. P. CARVALHO, M.C.B. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, pp. 287-308. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 19, n. 1. Disponível em:
< <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?lang=pt> >. Acesso em: 15 fev. 2022.

PNAD. **Informativo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

SANTOS, B. A. S. **Pela mão de Alice. O social e o político na Pós Modernidade**. 7. ed. Editora Afrontamento: Porto, 1999.

SANTOS, J. T. De pardos disfarçados A brancos pouco claros: Classificações raciais no Brasil Dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia 32, p.115-132. 2005**. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i32.21089> Acesso em: 14 jan. 2021.

SCHWARCZ, L. O espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 8, n. 20, pp. 137-152, 1994.

SENA, I. **O (não) lugar do “pardo”**. Disponível em: <https://medium.com/@isabelapsena/on%C3%A3o-lugar-do-pardo-941b3dce6028> Acesso em: 15 jan. 2021.

TORRES, A. **O Problema Nacional Brasileiro**. Versão para eBook Fonte Digital Digitalização da 3ª. Edição - 2002. Disponível em: <https://sagres.org.br/artigos/ebooks/1.%20Alberto%20Torres%20o%20porblema%20nacional%20brasileiro.pdf> Acesso em: 31 ago. 2022.

TROUILLOT, M.R. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Trad. de Sebastião Nascimento. – Curitiba: Huya, 2016.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2007.

WEFFTORT, F. **Os clássicos da política**. Vol. 1. 14. ed. – São Paulo: Ática, 2006.